



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Azza Soares de Andrade

Binariedade, masculinidade, seus discursos e estruturas:

Análise e defesa da não binariedade como uma saída da colonialidade de
poder-saber-ser de sexo e gênero

Marília
2023

Azza Soares de Andrade

Binariedade, masculinidade, seus discursos e estruturas:

Análise e defesa da não binariedade como uma saída da colonialidade de poder-saber-ser de sexo e gênero

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Marília
2023

ANDRADE, Azza Soares de

Binariedade, masculinidade, seus discursos e estruturas: Análise e defesa da não binariedade como uma saída da colonialidade de poder-saber-ser de sexo e gênero/ Azza Soares de Andrade. -- Marília, 2023.

65 p. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado – Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Gênero 2. Queer 3. Interseccionalidade 4. Transexualidade 5. Cisheteronormatividade.

Azza Soares de Andrade

Binariedade, masculinidade, seus discursos e estruturas:

Análise e defesa da não binariedade como uma saída da colonialidade de poder-saber-ser de sexo e gênero

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento
UNESP - Câmpus de Marília

Enndiel dos Santos Mendes
UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 1 de Fevereiro de 2023

Ao que ainda virá.

AGRADECIMENTOS

às minhas avós e avôs... seu amor e carinho são eternos. admiro profundamente o caminho que percorreram para que estivesse aqui hoje.

aos meus pais e irmão... que desde cedo me ensinaram o valor de um bom livro e o exercício de uma consciência questionadora.

à minha madrinha e tias queridas, cujo afeto ultrapassa fronteiras.

à minha irmã, primas, primos e, especialmente, às minhas grandes amigas de longa data e as que fui fazendo ao longo desse caminho...vocês sabem quem são, sem vocês a vida não seria tão divertida, profunda e...caótica.

à ffc, tudo que ela representa, todo conhecimento e crescimento proporcionados por ela, os grupos de extensão, os eventos, as palestras, as simulações, as reuniões, os debates do movimento estudantil, os rolês, claro, pois não só de teoria vive a juventude, as risadas trocadas no famoso r.u!!!!...e cada momento que vivi ao longo desses anos...esse trabalho só é possível graças a viagem que embarquei a partir do momento que senti o cheirinho de bolacha ao entrar marília pela primeira vez, lá em 2019...

à mim (e a quem me tornarei).

Um cego de nascença, querendo conhecer o aspecto do sol pediu que lho descrevessem.

— O sol é como um disco de bronze — disse-lhe um indivíduo fazendo ao mesmo tempo soar um gongo.

Tempos depois o cego ouvindo as badaladas de um sino pensou estas serem a voz do sol.

— O sol brilha como uma vela — disse-lhe outro indivíduo, ao mesmo tempo dando-lhe uma vela para que ele se pudesse aperceber de sua forma.

Tempos depois o cego aconteceu de encontrar uma flauta e ao manuseá-la pensou ter o sol nas mãos.

Quão diferentes são um sino, uma flauta e o sol!...

Mas como podia o cego conceber tais diferenças se as noções que lhe tinham dado não eram adequadas às suas faculdades cognitivas?

“Qual é o aspecto do sol” - texto atribuído a Su Shi (1036-1101).

RESUMO

O trabalho visa traçar de onde surgem as ideais dualistas de gênero, binariedade, sexo e masculinidade (e a consequente cisheteronormatividade a elas associadas); buscando entender como elas são impostas, por quem e para quem. Igualmente, procura compreender a não binariedade como uma saída possível para a colonialidade, seja de poder, saber, ser ou de gênero. A adoção de referenciais que vão desde a conceitualização dessas categorias, a exposição dos distintos discursos hierarquizantes e estruturas históricas coloniais relacionadas ao gênero, sexo, binariedade, não-binariedade etc; a demonstração da importância transcendental da visibilidade e estudo dos questionamentos e experiências LGBTQIAP+; até a indagação que parte de nós mesmos, é a metodologia que nos permitirá enxergar aquilo que se sobrepõe a tudo isso (ou seja, à artificialidade da construção determinista-natural ou biológico-sexual que nos impera). Ao longo do trabalho, permite-se enxergar, primeiro, como a interseção da masculinidade dominante do colonizador europeu com as ideias de superioridade racial e as assimetrias de classe social levaram a idealização de novos sistemas de identificação e hierarquização social que persistem até os dias de hoje. Igualmente, percebe-se também que o sexo é situacional, explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder – as construções discursivas analisadas durante o trabalho, como consequência de uma revolução epistemológica e sociopolítica, mostram explicitamente como os limites entre masculino e feminino são, basicamente, políticos. Nesse sentido, expõe-se como a binariedade, ao interferir profundamente na subjetividade do sujeito, ajusta e limita os corpos em características engessadas de viver-ser-existir; o que por sua vez dá aos papéis sociais uma dimensão produtora de subjetividades escravizadas pelos próprios meios que as conduzem. Por fim, a voz e luz dadas à algumas das questões e definições que envolvem as múltiplas identidades não-binárias convida-nos a repensar e remodelar as ideias de coerência e falsa normalidade próprias do feminino e do masculino associados ao sexo biológico e a destruir a ideia de corpo marginalizado como um espetáculo.

Palavras-Chave: Gênero; Queer; Interseccionalidade; Transexualidade; Cisheteronormatividade.

ABSTRACT

This paper aims to trace where the dualistic ideals of gender, binarity, sex and masculinity (and the consequent cisheteronormativity associated with them) arise from; seeking to understand how they are imposed, by whom and for whom. Likewise, it seeks to understand non-binarity as a possible way out of coloniality, whether of power, knowledge, being or gender. The adoption of references ranging from the conceptualization of these categories, the exposition of the different hierarchical discourses and colonial historical structures related to gender, sex, binarity, non-binarity, etc; the demonstration of the transcendental importance of visibility and study of LGBTQIAP+ questions and experiences; to the inquiry that comes from ourselves, is the methodology that will allow us to see what overlaps all of this (that is, the artificiality of the deterministic-natural or biological-sexual construction that prevails over us). Throughout the work, it is possible to see, first, how the intersection of the dominant masculinity of the European colonizer with the ideas of racial superiority and social class asymmetries led to the idealization of new systems of identification and social hierarchy that persist until today. Likewise, it is also perceived that sex is situational, explainable only within the context of struggle over gender and power – the discursive constructions analyzed during the work, as a consequence of an epistemological and sociopolitical revolution, explicitly show how the boundaries between male and female are, basically, political. In this sense, it is exposed how the binarity, when deeply interfering in the subjectivity of the subject, adjusts and limits our bodies in plastered characteristics of living-being-existing; which in its turn gives to the social roles a dimension that produces subjectivities enslaved by their own means that drive them. Finally, the voice and light given to some of the issues and definitions that involve the multiple non-binary identities invite us to rethink and remodel the ideas of coherence and false normality of the feminine and masculine associated with biological sex and to destroy the idea of the marginalized body as a spectacle.

Keywords: Gender; Queer; Intersectionality; Transsexuality; Cisheteoronormativity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Poster em p&b do longa “Bixa Travesty” (2018)	47
Figura 2 – Símbolo do movimento LGBTQIAP+	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
NOTAS METODOLÓGICAS	16
1 capítulo 1: investigando as categorias de sexo, gênero, binariedade e masculinidades ocidentais	19
1.1 “a grande derrota histórica do sexo feminino”	20
1.1.1 repensando a masculinidade hegemônica	22
1.2 “a masculinidade do colonizador”	24
1.3 “...na anatomia estava o destino psicológico-moral dos viciosos e virtuosos”	26
1.4 “o gênero estabelece interseções”	29
2 capítulo 2: colonialidade, o <i>queer</i>, sua teoria, vocabulário e entendimento indispensáveis	32
2.1 “a colonialidade de poder-saber-ser e de gênero”	33
2.2 “queer” : reapropriação, movimento e teorização	36
2.2.1 reapropriação e nascimento da teoria	36
2.3 “o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro”	38
2.4 “o corpo-sexuado encontra na experiência transgênera e não binária seus próprios limites discursivos”	42
3 capítulo 3: efeitos, afetos e fetos de resistência – (algumas das) identidades e expressões não-binárias	46
3.1 “o que é que tem em mim que tanto incomoda você”	47
3.2 “estamos propondo novos projetos de mundo...”	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

parte 1

Neste trabalho, o que visa-se é estabelecer um entendimento da não binariedade como uma saída possível para a colonialidade de poder-saber-ser de sexo e gênero, entendimento apresentado por Helen Taner de Lima (2020). Assim, observando a binariedade (e a consequente cisheteronormatividade a ela associada), busca-se compreender, inicialmente, a maneira pela qual ela, enquanto sistema mundialmente engendrado e imposto, interfere na produção e autorrealização do sujeito e do coletivo (enquanto elementos duplamente reflexivos). Nessa linha de raciocínio, considerando o ainda escasso, mas em constante desenvolvimento, estudo de gênero dentro da área das Relações Internacionais, assume extrema relevância aspectos decorrentes das teorias *queer* e feministas das últimas décadas.

Portanto, com resgate inicial da discussão de Simone de Beauvoir em ‘O Segundo Sexo’ (1980), o primeiro capítulo do trabalho, dividido em quatro seções, busca entender as categorias de sexo, gênero, binariedade e masculinidades ao longo dos séculos recentes e como elas influenciam na subjetividade de cada indivíduo, de maneira coletiva. Para isso, será feita exposição da leitura de autores (segundo as concepções apresentadas nas nossas notas metodológicas, que vem a seguir) que discutem a confluência das estruturas sociais e discursivas, perpassando desde a lógica maculino-colonizadora europeia até a medicina tradicional, criadas a fim de homogeneizar e dividir os seres humanos em categorias opostas (a binariedade dualista).

Em suma, considerando seus impactos, a grande questão que norteia este capítulo é: de onde surgem as ideias dualistas de sexo, gênero, binariedade e masculinidade colonizadora, como elas são impostas, porquê, por quem e para quem?

Aprofundando esses questionamentos, a segunda parte do trabalho também está dividida em quatro seções e parte da ideia de Lima (2020) apresentada acima. Trazendo sua conceitualização de *colonialidade* e *colonialidade de poder* enquanto elementos do *sistema moderno-colonial de gênero*, procura-se demonstrar sua importância para meditarmos acerca das estruturas e discursos hierarquizantes e dualistas, consequências das imposições históricas e coloniais das quais aborda-se no primeiro capítulo.

Ainda, para pensarmos na resistência a essa colonialidade de poder-saber-ser, de sexo e gênero, percebe-se a importância primordial de serem estudadas as vivências, existências e resistências não-binárias e como elas se fazem e manifestam. Antes, então, faz-se necessário o

resgate de Arlei Wiclif Leal da Silva (2022), autor com obra central na discussão aqui proposta, do surgimento da teoria e movimento *queer*, assim como do papel expressivo que a nossa linguagem tem na formação dos sujeitos, controvertendo as articulações históricas e sociais que produzem os corpos sexuados e que têm na heterossexualidade e a cisgeneridade binária as matrizes que conferem inteligibilidade aos gêneros.

Essencialmente, o que procura-se neste segundo capítulo é estabelecer as bases teóricas que permitam demonstrar a importância transcendental da visibilidade e estudo dos questionamentos e experiências não binárias, indagando se elas podem realmente ser uma saída para a colonialidade de poder-saber-ser de sexo e gênero.

Embora reconheçamos a diversidade íntima e completamente prévia à categoria humana e, por isso, de qualquer análise que a contenha, ressalta-se que é adotando tais referências (que vão desde a conceitualização, distinções e matrizes históricas relacionadas ao gênero, sexo, binariedade, não-binariedade etc.) que seremos capazes, no terceiro e último capítulo, de enxergar aquilo que se sobrepõe a tudo isso (ou seja, à artificialidade da construção determinista-natural ou biológico-sexual que nos impera).

Para tal, traremos na última seção deste trabalho o destaque de algumas das *identidades legitimamente diversas*, termo cunhado por Silva (2022), servindo sua obra de material primordial. Da mesma forma, a reprodução de discursos, entrevistas e canções que compõem a arte provocativa da multiartista Linn da Quebrada servirão de novas referências de existência-resistência, com a reivindicação de um movimento de contínua ressignificação, consciência e apropriação de si considerando não só a superação das categorias binárias, mas também as perspectivas que habitam o âmbito mais interno de nós.

Tal metodologia compreende que são vários os pilares do nosso sistema-mundo atual e é importante que reconheçamos, de antemão, a complexa multiplicidade que nos antecede. Da mesma forma que uma única história pode ser contada de diversas maneiras, infinitas são as possibilidades quando tentamos entender a vida e identidades humanas. Logo, destaca-se que, se há sempre uma alternativa, as verdades (metodológicas) mesmo que tomaremos como “verdade” nas discussões propostas no presente trabalho serão formuladas em vistas de, a princípio, elucidar problemáticas, para, assim, propor discussões preexistentes e formuladas a partir delas mesmas.

parte 2

A vida humana no planeta terra encontra problemas fundamentais na sua própria forma de realidade, o que a torna frágil e conseqüentemente suscetível a crises. À medida que lidamos com aqueles que achamos que são os grandes problemas da nossa realidade, então, nos damos conta de que mesmo as respostas que encontramos à nossa volta parecem já estar dadas — em “Filosofia da Existência” (1971), o filósofo e psiquiatra alemão Karl Jaspers bem desenvolve esse pensamento:

Lidamos com coisas, e obedecemos aos modos de realidade como foram a nós transmitidos. Existem esta exigência humana, existem estas exigências e estas leis; as relações humanas têm um arranjo ordenado e há maneiras corretas de governá-las. Os corpos existem, encontramos a regularidade natural nos processos casuais. Os átomos existem, e existe a energia. (JASPERS, 1971, p. 75-76).

É na adoção de uma atitude não inquisitiva, defende Jaspers (1971), que atingimos uma visão aparentemente “adequada” quanto à presença da realidade — querendo ou não, tendo mais ou menos consciência disso, estamos em um movimento cíclico de autoalienação própria e coletiva. A questão aqui surge quando e somente no momento em que nos tornamos conscientes de que há uma carência: quando desejo conhecer a “verdadeira realidade” como um todo, como algo que não pode ser atingido por mero planejamento ou ação produtiva.

Isto posto, defende-se aqui que entender porque a nossa realidade foi construída dessa maneira e não de outra qualquer significa se apropriar da própria memória. Compreender, em última instância, quem somos, porque nos tornamos quem nós somos e de que modo o seu movimento [da realidade] determina, sem que saibamos, toda a nossa vida e identidade individual e coletiva é uma das estradas possíveis na busca pelo conhecimento — e é a que tomaremos como norteadora da presente discussão.

Dado que, em escala mundial, ainda somos explorados e estamos inseridos no modo capitalista de vida, onde nascemos como dívida e devemos morrer pagando por ela, ao considerarmos os elementos que sustentam e condicionam a nossa realidade, nos deparamos com arranjos produzidos e organizados socialmente, politicamente, historicamente, etc. que nos reduzem ao ser espacial e necessariamente funcional. Mesmo em épocas de crises ou caos, a ‘finalidade inicial’ da nossa realidade dada é criar um terreno onde setores divergentes ou conflitantes convivam (ou melhor, sobrevivam a vivência do seu próximo). E, para tal, associada diretamente a cisheteronormatividade, a binariedade surge aqui como uma fonte e ferramenta extremamente indispensável, esgotada até a última gota, na operação de uma pretenciosa homogeneização e padronização dualista do viver humano.

Assim como outros fenômenos (a guerra ou a globalização) podem reforçar mecanismos de segregação e hierarquização da diferença ao criarem discursos e valores que legitimam uns às custas dos outros, também pode a binariedade. A linha de raciocínio do presente trabalho visa compreender que, no contexto interno (ou seja, dentro de nós ou nosso país)/internacional (mundo, outros), é a partir de uma íntima conexão histórica com a política internacional (e a construção de uma “masculinidade patriota”), sustentada por arranjos de dominação produzidos na vida institucional do Estado, no mercado de trabalho, na vida em família etc. que a binariedade se apresenta como um determinante poderoso na vida do ser humano. Para tal, inicialmente, resgata-se a discussão proposta por Diego Vieira de Jesus (2012):

Num momento em que o poder das masculinidades hegemônicas pauta-se na flexibilidade em relação à caracterização monológica que ela faz das subordinadas, as qualidades e as práticas que definem os conteúdos das masculinidades são, assim, uma questão política sujeita a disputas e negociações heterogêneas de poder em múltiplos níveis sociais, inclusive o internacional (HOOPER, 2001, p.56,60-62, 75-76). A dimensão internacional pode ter um papel significativo na produção de identidades – inclusive as de gênero, como as masculinidades. Nesse caso específico, as identidades masculinas são também resultados da participação desses homens nos eventos político-sociais, econômicos e culturais no nível externo. Todavia, a discussão sobre a construção das masculinidades pelas relações internacionais ainda é um tema subexplorado (JESUS, 2012, p. 2).

Valendo-se de antagonismos contraditórios que reforçam a desigualdade nas relações de gênero, tanto entre os indivíduos quanto entre os Estados ou os Estados e indivíduos (Jesus, 2012), a binariedade, enquanto assunto, envolve uma complexidade indiscutível. Mesmo conceitos referidos acima, como o de masculinidade, ou masculinidade hegemônica, não equivalem a um modelo de reprodução social dado — a presente discussão antes reconhece a influência fundamental das lutas sociais nas quais masculinidades subordinadas influenciam formas dominantes, por exemplo. Quer dizer, masculinidades também são múltiplas e, isto posto, como defendem Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013), há de se criticar modelos assentados em características de gênero sólidas e tipologias rígidas que dão tratamento unidimensional e hierárquico às características humanas.

NOTAS METODOLÓGICAS

Há uma falta de maior desenvolvimento (e apreço) na formulação de respostas inovadoras às diferenças na teoria das Relações Internacionais. O autor Diego Santos Vieira de Jesus (2011), falando em um contexto de transformação e desenvolvimento de perspectivas teóricas pós-positivistas¹, onde abordagens pós-colonialistas refletem a ‘diferença’ que os tradicionais² vêem como “ameaça” ou “anomalia”, propõe a partir delas reimaginação autoavaliativa capaz de transformar nossas visões do Eu com relação ao Outro e a sua própria cultura/vivência.

Em nível metodológico, com uma evidente orientação para o pluralismo (sociológico e filosófico), desafiando o monismo metodológico que busca institucionalizar critérios standardizados, explícitos e imutáveis; e criando uma imagem polimórfica de produção do conhecimento, defende o autor citado acima, tais transformações nos permitem salientar o diálogo cultural como uma “desestabilização de tendências polarizantes que objetificam a diferença” (p. 125-126)).

Esta iniciativa, continua ele:

[...] proporciona respostas aos desafios da interação com a diversidade por meio da autorreflexão crítica e da aliança entre críticas sociais culturalmente diversas à desigualdade, indo na direção oposta tanto do “movimento duplo” de equação entre diferença e inferioridade e de assimilação requerida pela possibilidade de “humanidade comum” como do mecanismo de partição, que rompe a reciprocidade no relacionamento com o Outro (JESUS, 2011, p. 126).

¹ Segundo Yosef LAPID, 1989 (apud Jesus, 2011) tal momento é marcado pelo fim do consenso epistemológico positivista e pelo questionamento de critérios para a avaliação de construção teórica, como validade empírica, previsão e explicação. Dentre os novos temas que emergem nesse contexto, a nova filosofia da ciência insiste que somente construções de larga escala e multicamadas como paradigmas e programas de pesquisa devam ser qualificados como unidades básicas de produção, acúmulo e conservação do conhecimento em contraste com a escolha positivista de leis e generalizações empiricamente corroboradas como unidade fundamental de estudo científico. Além disso, com foco nas premissas e nas suposições, o sentido e o entendimento não são vistos como intrínsecos ao mundo, mas são continuamente construídos, defendidos e desafiados. O principal propósito, diz, é problematizar respostas, causar estranhamento no que se tornou familiar e reverter o processo de construção a fim de revelar o quão problemáticas são as estruturas do mundo político social tidas como dadas.

² Quanto aos tradicionais, detalha Jesus (2011), Grotius, por exemplo, buscava bases não problematizadas para uma ordem civil que fosse capaz de implementar a “justiça natural” e, embora refutasse um direito generalizado de violenta perseguição religiosa, não defendia proteção a dissidentes religiosos em face das necessidades políticas e oferecia justificativas para a violência no subjugo de não europeus no processo de colonização. Já para Hobbes, segundo o mesmo autor, a espacialização do poder no Estado solucionaria o “perigo” da incerteza advinda da diversidade moral e religiosa. Outrossim, na base da preservação do “bem público” como princípio regulador, Locke sugere que os soberanos apliquem punições aos ditos “incapazes”, de seguir um padrão de sociedade assentado na propriedade e no comércio — chegando inclusive a defender pragmaticamente, de acordo com Jesus (2011, p. 129) “uma visão circunstancial de tolerância pela impossibilidade de se constituir uniformidade em questões religiosas de forma coercitiva e a conformidade cultural fortalecida pela sanção político-social, além de vislumbrar um mundo partido em Estados territoriais ‘civilizados’, a usurpação das terras indígenas e a assimilação dos ameríndios aos padrões da sociedade civil europeia”.

Ainda assim, não é surpresa que grande parte das abordagens pós-colonialistas em Relações Internacionais continue trabalhando marginalmente. Quando falamos de questões relacionadas a gênero e ao estudo da binariedade, masculinidades e a hegemonia patriarcal-capitalista enquanto elementos intimamente interligados, então, sabemos que tais questões são relegadas a segundo plano ou sequer são examinadas.

Particularmente, quanto ao papel desses fatores nos processos de formação, expansão e consolidação da ordem internacional, entendida aqui, segundo a mesma análise de Jesus (2011), como uma série de arranjos estabelecidos entre atores no nível internacional que definem suas relações com os outros e as expectativas mútuas sobre sua interação, as abordagens feministas, como a de Simone de Beauvoir ou de Arlei Wiclif, nos permitem observar os discursos que condicionam nosso processo de expansão — este intensamente permeado por questões de gênero e de consolidação da masculinidade hegemônica³.

Desse modo, ao entendermos, tal qual Beauvoir (1980), que a vida é uma relação com o mundo, quer dizer, é escolhendo-se através dele que o sujeito se define; é para o mundo que devemos nos voltar primeiro a fim de tentarmos responder às questões que nos preocupam. Por conseguinte, se podemos também, a partir da análise da autora, dizer que em todo sujeito há uma vontade de poder que se acompanha de um complexo de inferioridade, vemos que esse conflito o conduz a utilização de diversos subterfúgios para evitar a prova real do que ele receia não poder vencer (BEAUVOIR, 1980, p.64) — e é necessário que entendamos esses subterfúgios, à medida que é por conta deles que o sujeito estabelece uma distância entre ele e a sociedade que teme.

Apesar, reforça-se aqui, desse ser um tema complexo por natureza, não precisamos ir muito longe para compreendermos que o pensamento cria estruturas de poder. Agora, para compreender tanto o poder das ideias quanto as ideias de poder, é necessária a adoção de uma consciência sábia e questionadora que nos permita ousar raciocinar além das hierarquias forjadas pelos padrões, modelos, princípios e retóricas histórico-sociais de conhecimento e saber coloniais que herdamos e muitas vezes sequer questionamos ou mesmo percebemos, de tão internalizados e naturalizados que são.

Com vias disso e por esse mesmo motivo, a bibliografia e referenciais escolhidos procuram ser sucintos, mantendo uma mesma linha de raciocínio voltada para essa lógica

³ Conceito, segundo Jesus (2011, p. 126) que remete à definição de uma resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, que sustenta a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Será melhor trabalhado a frente.

reflexiva de *mundo-Eu-nós-mundo* e priorizando leituras plurais que fogem do generalismo e tradicionalismo, mas que ainda assim englobam a temática escolhida sem necessariamente deixar o todo de lado (e seus autores referenciais). Na discussão proposta, isso poderemos ver ao longo dos capítulos (com as especificações das escolhas necessárias ao começo de cada um) na abordagem dos textos, desde os já citados de Simone de Beauvoir (1980), Diego Vieira de Jesus (2011, 2012 e 2014), Arlei Wiclif Leal da Silva (2022) e Karl Jaspers (1973), até em Jurandir Freire Costa (2001); Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013); Kimberlé Crenshaw (2004); Helen Taner de Lima (2020); Linn da Quebrada (2017 e 2019); Émerson Magalhães, Francisco Cardoso e Bárbara Porto (2021); Livia Almada Neves (2009) e Taíza Rossini (2009).

Com a adoção de tais perspectivas (as quais certamente não esgotam os assuntos abordados, mas os trazem também segundo outras variadas referências), procura-se, ainda, defender que é possível redefinir as Relações Internacionais como um campo de conhecimento eternamente heterológico. Será a partir do reconhecimento prévio dos aprendizados no tratamento das ambiguidades geradas pela interação com a diferença em relação ao gênero e ao sexo, no reconhecimento das suas diversidades e complexidades e na exploração das possibilidades alternativas de existência, respectivamente, que serão construídas a defesa e a análise propostas pelo presente trabalho.

Ademais, ao longo do trabalho utilizam-se de alguns recursos visuais: a coloração de certas passagens em vermelho ou roxo para destacar ideias que são centrais em cada sessão e a escrita em letras minúsculas para os títulos, uma vez que eles são extraídos de passagens significativas que aparecem no decorrer do texto.

1 capítulo 1: investigando as categorias de sexo, gênero, binariedade e masculinidades ocidentais

Dividido em quatro seções, este capítulo busca entender as categorias de sexo, gênero, binariedade e masculinidades ao longo dos séculos recentes e como elas influenciam na subjetividade de cada indivíduo, de maneira coletiva. Para isso, procura-se discutir a confluência de estruturas sociais e discursos, que perpassam desde a lógica europeia colonizadora até a medicina tradicional, criados a fim de homogeneizar e dividir os seres humanos em categorias opostas (a binariedade).

Com o resgate inicial da discussão proposta pela socióloga Simone de Beauvoir em sua clássica obra “O Segundo Sexo”, a primeira seção do capítulo (1.1) começa a discussão a partir do momento que intaurou-se a propriedade privada, houve a divisão do trabalho, e o homem tornou-se também proprietário da mulher. Não pode-se deduzir, contudo, somente a opressão da mulher, na propriedade privada, deve-se considerar a totalidade — há um conjunto, a conjuntura, as estruturas e onde elas se fazem e são reproduzidas. Por isso, como complemento da sessão, na subseção 1.1.1 traz-se o desenvolvimento proposto por Connell e Messerschmidt (2013) de repensar o conceito de masculinidade hegemônica, o “papel sexual do homem” e a problemática por trás disso.

Seguindo essa lógica, de que há de se entender o contexto histórico-social mais amplo (e considerando que há inúmeras maneiras de analisar um mesmo contexto), a segunda seção (1.2) discute o papel das masculinidade ocidentais, mais especificamente do colonizador europeu, no processo de supressão e escravização dos povos nativos na América. Com o resgate textual do entendimento de Jesus (2011), permite-se enxergar como a interseção da masculinidade dominante do colonizador europeu com as ideias de superioridade racial e as assimetrias de classe social levaram a idealização de novos sistemas de identificação e hierarquização social que persistem até os dias de hoje.

Assim continuando, a terceira seção do capítulo (1.3), com exposição do estudo de Laqueur feita por Silva (2022) e Costa (2001), trata da variação histórica dos sistemas de identificação, hierarquização social e, conseqüentemente, das ideias de sexo e gênero no pensamento médico, filosófico e político. Indo do século XVIII até os nossos dias, os autores nos mostram como noções como as de “*diferença biológica de sexo*” e “*diferença cultural de gêneros*” não são dados crus, mas se impõe, de forma compulsória, à consciência de leigos ou pesquisadores — tanto o “*sexo biológico*” quanto o “*gênero cultural*” são ideias informadas

por crenças científicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. sobre a ‘natureza do seres humanos’.

Uma das principais conclusões que se tira até aqui é que o sexo é situacional, explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder. As construções discursivas analisadas durante o capítulo, como consequência de uma revolução epistemológica e sociopolítica, mostram explicitamente como os limites entre masculino e feminino são, basicamente, políticos.

Representando as considerações finais do capítulo, a quarta e última seção (1.4) procura refletir acerca dos questionamentos que surgiram a partir da análise das estruturas históricas e discursos diferenciadores e opressivos feita nas seções anteriores. Pelo levantamento da argumentação de Rossini (2018), mostra-se como é impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas, culturais ou raciais, em que invariavelmente ela é produzida e mantida. A binariedade, nesse sentido, ao interferir profundamente na subjetividade do sujeito, ajusta e limita os corpos em características engessadas de viver-ser-existir, o que por sua vez dá aos papéis sociais uma dimensão produtora de subjetividades escravizadas pelos próprios meios que as conduzem.

Por fim, ao constatararmos injustiças, códigos/discursos, estruturas sistemáticas etc. que subordinam uns a custas de outros, o que se propõe não é apresentar tais questões como algo intransponível, fruto de alguma fatalidade específica ou irreversível — tratando sumariamente das grandes questões que envolvem/envolveram a binariedade, a cisheteronormatividade e a masculinidade colonizadora-patriarcal, intenta-se demonstrar como elas interessam a todes, independente do seu gênero, sexo, classe ou origem. O que pretende-se é reafirmar a liberdade essencial a todos os seres humanos.

1.1 “a grande derrota histórica do sexo feminino”

Os seres humanos não podem ser considerados apenas um organismo sexuado. A consciência que adquirimos de nós mesmos não é unicamente definida pela sexualidade, mas reflete uma situação que depende também das estruturas sociais, políticas e econômicas das sociedades. Com a instauração da propriedade privada, explicada pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em razão da invenção de novos instrumentos, retraça Engels em *A Origem da Família*⁴ e descreve Simone de Beauvoir em ‘O Segundo Sexo’ (1980), o homem

⁴ Como que contando uma história pelas técnicas, o autor descreve que, antes do período do qual estamos falando, na Idade da Pedra, a terra era comum a todos os membros do clã e, considerando o caráter limitado das

tornou-se também proprietário da mulher⁵. — nisso, atesta a autora, consiste “a grande derrota histórica do sexo feminino”. É assim que

O direito paterno substitui-se então ao direito materno; a transmissão da propriedade faz-se de pai a filho e não mais da mulher ao seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida [e] [...] a opressão social que sofre é consequência de uma opressão econômica. [...] [Portanto, a] mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante (BEAUVOIR, 1980, p. 75).

Se há as fêmeas animais que encontram na maternidade uma completa autonomia, questiona Beauvoir, por que a mulher não consegue fazer disso um pedestal? A razão, explica, está em que a humanidade não é uma simples espécie natural que procura manter-se enquanto tal: ela tende a superar-se, seu projeto não é a estagnação (BEAUVOIR, 1980, p. 83) — a mulher que engendra e aleita, contudo, não conhece o orgulho da criação (nem mesmo quando se dá importância ao filho), já que essas não são consideradas *atividades*, mas funções naturais sem empenho real de projeto e, igualmente, os trabalhos domésticos aos quais está voltada (porque só eles são/seriam conciliáveis com os encargos da maternidade) encerram-na na repetição e na imanência.

Deve-se constatar, em tal momento da análise da autora, que há uma ausência de descrição ou entendimento maior quanto à existência de mulheres e homens trans, muito mais de outras categorias de gênero, uma vez que ela fala em termos de cisgeneridade e binariedade — termos estes que, porém, servem ao presente curso analítico e serão melhor desenvolvidos ao curso do trabalho.

O caso do homem, ademais, é radicalmente diferente na medida em que com seus atos transcende sua condição animal, ganhando suprema dignidade. Para apossar-se das riquezas do mundo, pondera a autora, ele anexa o próprio mundo e, em tal ação, experimenta seu

possibilidades agrícolas, as forças femininas eram úteis — sem contar que eram elas que carregavam os “fardos” (da musculatura e aparelho respiratório não tão desenvolvidos como os do homem), portanto seu papel era definitivamente mais perigoso e exigia mais vigor. Nessa divisão primária do trabalho, os “dois sexos” constituíam (até certo ponto) duas classes nas quais entre havia igualdade. Com a descoberta do cobre, estanho, bronze, ferro etc; porém, a agricultura e o homem caçador estendem seus domínios, ao passo que as variadas atividades desempenhadas pela mulher no meio doméstico perdem sua importância de antes (BEAUVOIR, 1980, p.74 e 81).

⁵ Este é um ponto melhor desenvolvido pela autora que, enxergando a insuficiência do ponto de vista de Engels ao *deduzir* a opressão da mulher na propriedade privada, afirma que a afirmação do sujeito não basta para explicar a propriedade — é no desafio, na luta e duelo singular que cada consciência pode tentar alcançar a soberania. É em um movimento de auto-alienação a partir das próprias riquezas que o homem se reencontra (porque nelas se perdeu) e atribui-lhes importância tão fundamental quanto a própria vida — e é nesse interesse do homem pela sua propriedade, ambiciosamente transcendendo a si mesmo na projeção de novas exigências, que a autora encontra uma relação inteligível (BEAUVOIR, 1980, p.77).

poder: “põe objetivos, projeta caminhos em direção a eles, realiza-se como existente. Para manter, cria; supera o presente, abre o futuro”. Nesse contexto, afirma, “a maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras”; e sua desgraça consiste em ter sido biologicamente voltada a repetir a vida, quando a seus próprios olhos ela não apresenta em si suas razões de ser e essas razões são mais importantes que a própria vida — Beauvoir diz “Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis por que, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata” (BEAUVOIR, 1980, p. 84-85).

Se quisermos apurar efetivamente a vida humana, seja um aspecto da sua totalidade, devemos considerar essa totalidade. Não podemos esquecer o conjunto, a conjuntura, as estruturas e onde elas se fazem e são produzidas. A análise proposta pela autora nos traz que mesmo quando cúmplice do homem que se forja soberano (pois ela é também um ser existente e nada mais quer que ser reconhecida enquanto tal), a mulher acha no fundo do seu ser a confirmação das pretensões masculinas:

É porque a humanidade se põe em questão em seu ser, isto é, prefere razões de viver à vida, que perante a mulher o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 86)

Paralelamente, Connell e Messerschmidt (2013), ao se proporem repensar o conceito de masculinidade hegemônica, descrevem que mesmo antes do Movimento de Libertação das Mulheres, a literatura sobre o “papel sexual do homem” na psicologia social e na sociologia já reconhecia a natureza social das masculinidades. Tanto a divisão estanque da identidade sexual, quanto o machismo estrutural, assuntos introduzidos pela análise de Beauvoir, convém destacar, são na realidade alguns dos principais elementos históricos da constituição cultural da noção normativa de corpo, sexualidade e gênero (pontos trabalhados melhor no segundo capítulo deste trabalho). Hoje tantas vezes maquinadas e maquiadas como ininteligíveis, tais categorias foram ponderadas em diversos contextos, de acordo com variados discursos, muitos dos quais copiosamente normalizados e simplificados.

1.1.1 “repensando a masculinidade hegemônica”

Há apenas duas décadas, inspirados nos escritos do teórico marxista Antonio Gramsci e sua teoria da hegemonia cultural, que analisa as relações de poder entre as classes sociais de uma sociedade, a cientista social australiana Raewyn Connell e seus colaboradores conceituaram, em um contexto/campo de desigualdade social nas escolas australianas, o que se culminou na noção de “masculinidade hegemônica”. Tal conceito, ainda que não necessariamente difundido nas massas, relatam Connell e Messerschmidt (2013), influenciou consideravelmente nosso pensamento atual sobre quem seriam os homens⁶, gênero e hierarquia social e, da mesma forma, atraiu um sério criticismo de vertentes que variam desde a sociológica, a psicológica, até a pós-estruturalista ou a materialista.

Aqui, compreendendo que a história não é linear e, portanto, entendendo que quase tudo é incerto e desigual, enxerga-se um risco na ocorrência de tentativas de compreender a estabilização das relações de classe usando o termo gramsciano de hegemonia. Isso porque, descrevem Connell e Messerschmidt (2013), no contexto da teoria dos sistemas duais/binários, a ideia foi facilmente transferida para o problema paralelo das relações de gênero:

Os escritos de Gramsci focam nas dinâmicas da mudança estrutural envolvendo a mobilização e a desmobilização de classes inteiras. Sem um foco claro nesse tópico da mudança histórica, a ideia de hegemonia teria sido reduzida a um modelo simples de controle cultural. E, em boa parte do debate sobre gênero, a mudança histórica em larga escala não está em foco. Aqui vemos uma das fontes das últimas dificuldades com o conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, s/p).

Vista disso, pensando então na mudança histórica em larga escala (com o cuidado de não cair em generalismos), quando falamos do papel das masculinidades ocidentais nos processos de formação, expansão e consolidação da própria “ordem internacional”, é evidente seu caráter fundamentalmente problemático. Tais argumentos nos permitem defender que não se pode relegar a segundo plano questões relacionadas a gênero e, conseqüentemente, a cisheteronormatividade sistemática e patriarcal-capitalista e ao estudo das masculinidades, seus discursos e estruturas.

Pensando nisso, as sessões seguintes procuram colocar o conceito de masculinidades dentro de um contexto histórico-social específico (considerando que há inúmeras maneiras de analisar um mesmo contexto), destacando e revelando uma sucessão e amontoamento de relações de expectativa mútua entre atores e setores nos níveis interno e internacional e seus

⁶ No sentido da percepção de que os homens são tão incentivados quanto os próprios que determinam seu dever de mostrar que são muito “machos”.

arranjos que ultimamente permitem a consolidação das masculinidades (cisheteronormativas, patriarcais...) — as quais nos assinam o grande problema da legitimidade do patriarcado, ponto que será melhor desenvolvido com o destrinchamento das análises de Jesus, Connell e Messerschmidt, e Silva.

1.2 “a masculinidade do colonizador”

Quando nos remetemos ao contexto da expansão marítima e o longo processo de exploração e navegação do Oceano Atlântico de início no século XV, já é possível observarmos a procura de um resguardo e promoção da noção de *superioridade cultural* europeia, mais especificamente, dos “grandes homens” europeus. Com o intuito de fortalecer a justificativa das práticas coloniais, tal noção foi promovida a despeito de uma classificação dos povos originários das Américas como em um estágio pré-social associado à desordem e a barbárie (o “estado de natureza”). Nessa conjuntura, relata Jesus em uma leitura pós-colonialista sobre masculinidades ocidentais (2011):

[...] a masculinidade do colonizador – associada à bravura na conquista de terras fora do continente europeu e à força na imposição de sistemas político-sociais europeus aos nativos na América naquele contexto – pressupunha a negação do feminino interior, a marginalização do discurso do Outro – em particular referente ao ameríndio – e a cristalização de uma concepção autorreferencial do exercício do poder e era, ao mesmo tempo, peça fundamental na construção de um empreendimento baseado no desenvolvimento de estratégias de dominação político-cultural da população local (JESUS, 2011, p. 129).

Embora, como referido anteriormente, as definições/conteúdo das masculinidades (ocidentais ou não) variem de acordo com as diferenças de tempo, local ou identidade, não há como ignorar ou negar que elas estabelecem hierarquias tanto no nível internacional quanto no interno (seja ele estadual e/ou pessoal). A própria masculinidade do europeu colonizador, associada ao racismo e a religião como estratégia de dominação político-cultural, alimentava a violência na atividade colonizadora, oferecendo assim sustentação à ideia de superioridade militar do colonizador, a despeito dos nativos, considerados fracos e incapazes.

Ao reconceituarmos as narrativas ficcionais sobre a conquista imperialista, então, somos capazes de discernir uma vulnerabilidade e a transitoriedade da supremacia ocidental — inclusive no que diz respeito às questões de gênero. Da mesma forma, podemos distinguir os contra-movimentos que nos introduzem perspectivas de mudança e intercursos entre o

moderno e o tradicional que não estão encapsulados em antagonismos recíprocos. Jesus (2011, p. 133) bem pondera que

[...] as linhas divisórias que conduziram à dominação sustentada pela masculinidade europeia e ao absolutismo moral na rejeição de outros povos são traçadas parcialmente pela insegurança e pelo desejo em relação ao Outro pelos seus elementos de diferença e sua similaridade com tempos passados.

Se há aqui, portanto, o reconhecimento da promoção de uma ilusória, mas incontestavelmente bem-sucedida, soberania masculina/patriarcal e cisheteronormativa, há também, mais uma vez, a constatação de uma confluência notória de formas de dominação e de marginalização da alteridade — aliadas a uma fixação e reprodução de referenciais de forma artificial e criação de espaços sociopolíticos diferenciados no sistema interno/internacional (Jesus, 2010, p. 127). Na presente análise, isto posto, entende-se que a binariedade de gênero cisheteronormativa e patriarcal-capitalista é uma dessas principais (senão a principal) formas artificiais.

Isso fica ainda mais evidente quando percebemos que foi através do desenvolvimento, imposição e alastramento de todo um aparato de produção econômica voltado aos interesses metropolitanos que geriu-se, no período colonial, uma gradativa e perigosamente irreversível desorganização da vida e produção nativa nas Américas, ao mesmo tempo que, diz Jesus (2011, p. 129), o controle da sexualidade das mulheres pelo Estado e pela Igreja construía um “tecido social colonial que criava condições de possibilidade para o fortalecimento do domínio masculino sobre a sociedade, particularmente no que dizia respeito ao direcionamento moral e religioso nas relações entre homens e mulheres”.

Associadas às assimetrias sociopolíticas em múltiplas áreas entre os colonizadores e os povos originários americanos, sabe-se que as normas morais e religiosas tiveram direta responsabilidade pela submissão dos nativos a trabalhos forçados e a exploração das mulheres nativas nos mais diversos âmbitos. Tal empreendimento, resultante da interseção da masculinidade dominante do colonizador europeu com as ideias de superioridade racial e as assimetrias de classe social, recorda Stolcke (2006 apud Jesus, 2011), levou a idealização de novos ‘sistemas de identificação e hierarquização social’⁷ no mundo colonial ao longo dos séculos.

⁷ Jahn, diz Jesus (2011), indica as “dificuldades” encontradas de classificação dos povos ameríndios recém-descobertos na composição cultural do entendimento cristão do mundo, considerando que os ameríndios não poderiam ser vistos como “anticristãos” por não terem sequer conhecimento prévio da Cristandade.

Portanto, será necessário o resgate da variação histórica dos sistemas de identificação, hierarquização social e, conseqüentemente, da ideia de sexo/gênero no pensamento médico, filosófico e político, feito na seção a seguir.

1.3 “...na anatomia estava o destino psicológico-moral dos viciosos e virtuosos”

Há uma pretensa universalização e uniformização do conceito de normalidade e legitimidade estritamente vinculados à heterossexualidade, à cisgeneridade e à binariedade. Enquanto categorias de estudo, esses conceitos são, sem dúvidas, muito mais complexos e enredados do que se pode imaginar mesmo inicialmente. Em sua recente obra, Silva (2022) destaca a exposição feita por Laqueur em “Inventando o Sexo - Corpo e Gênero dos Gregos a Freud” (2001), que tem como tema a variação histórica da ideia de sexo no pensamento médico, filosófico e político do século XVIII até os nossos dias.

Em linhas gerais, o argumento de Laqueur afirma que a medicina do século XVIII não podia representar a sexualidade humana como dividida (originalmente e de forma bipolar) entre sexualidades masculina e feminina, o modelo científico dominante ainda era o do sexo único — “durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que – como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV – ‘a delas fica dentro do corpo e não fora’” (SILVA, 2022, p. 99 apud LAQUEUR, 2001, p. 16) — remetendo aos estudos de Galeno, no século II de nossa era.⁸

Mediante tal homologia é que se construiu a visão a partir da qual se interpretavam “os corpos masculino e feminino como versões hierárquicas e verticalmente ordenadas de um [único] sexo” (SILVA, 2022, p. 100 apud LAQUEUR, 2001, p. 21).

Nos fins do século XVIII, contudo, tudo começa a mudar à medida que os escritores devotam maior insistência no que seriam as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino, entre o homem e a mulher, em distinções biológicas constatáveis, expressando-as em uma retórica radicalmente diferente. Quando falamos do contexto que envolve os revolucionários europeus (franceses) e seus interesses, por exemplo, eles precisavam justificar a consuetudinária desigualdade entre homens e mulheres, de modo a torná-la compatível com os ideais igualitários republicanos. Se todos os “homens” eram iguais, o que poderiam ser as mulheres? – mentalmente frágeis, infantis e, conseqüentemente,

⁸ Tal autor desenvolveu, segundo Laqueur (2001), “o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstra[ndo] com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa”.

estavam/eram incapacitadas de exercer as tarefas intelectuais, científicas e políticas dos homens. Costa (2001), em texto que também traça o sexo segundo Laqueur, desenvolve melhor isso:

Não por serem "imperfeitas", do ponto de vista ontológico, mas por serem diversas, do ponto de vista biológico. O sexo era a prova conclusiva da diferença "para menos". O modelo dos dois sexos, a partir daí, se torna hegemônico.

Mulheres e homens passaram a ser comparados pelo padrão da descontinuidade/oposição e não da continuidade/hierarquia, como na metafísica neoplatônica. O "sexo" deixou de ser sinônimo de aparelho genito-urinário e reprodutor e veio a substituir seu similar neoplatônico, a "perfeição metafísica do corpo". Em vez do "corpo perfeito e do calor vital únicos", a abstração do "sexo" dividido, originalmente, em dois, cada um com propriedades "naturais" específicas.

As propriedades foram, principalmente, definidas por suas relações com os comportamentos morais. Homens e mulheres deviam ter um tipo de prazer sensual, de conduta social e de vida emocional adequados à natureza biológica de "seus sexos". Do contrário, não seriam exemplares normais da espécie, e sim indivíduos desviantes, anormais, doentios ou degenerados.

Os sujeitos, até então avaliados moralmente por seus atos, pensamentos e sentimentos religiosos ou pelos valores da hierarquia aristocrática, passam a ser julgados pela conformidade à finalidade sexual de suas supostas "naturezas biológicas". *Na anatomia estava o destino psicológico-moral dos viciosos e virtuosos.* (COSTA, 2001, s/p).

O autor, acatando a visão de Laqueur, mostra-nos assim como as noções de “*diferença biológica de sexo* e “*diferença cultural de gêneros*” não são dados crus, que se impõe, de forma compulsória, à consciência de leigos ou cientistas — tanto o “*sexo biológico*” quanto o “*gênero cultural*”, ressalta Costa (2001), são “ideias informadas por crenças científicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. sobre a ‘natureza do seres humanos’”.

Ressalva-se, todavia, que isso não quer dizer que sejamos incapazes de discriminar fatos anatômicos diversos, muito menos afirma-se que a realidade física do corpo seja causalmente dependente de suas interpretações teóricas — Silva (2022) bem diz que “afirmar que o corpo é construído pelo discurso e em redes de poder não é o mesmo que negar sua materialidade” (SILVA, 2022, p. 101 apud JUNIOR; BUORO, 2014, p. 104) — não há como negar a realidade do sexo ou dimorfismo sexual (que é quando o macho e a fêmea de uma mesma espécie são diferentes externamente).

Continuando. Ao final do século XIX, o biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes, usando a fisiologia celular para explicar o ‘fato’ da maior ‘passividade, indolência e variedade’ das mulheres, a despeito do reconhecimento da própria falha em conseguir elaborar de maneira completa a ligação entre as diferenças biológicas e as resultantes diferenciações psicológicas e sociais, entendia que havia “dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e [...] a vida política econômica e cultural dos homens e das

mulheres, seus papéis de gênero, [...] [eram] de certa forma baseados nesses ‘fatos’”. Segundo Silva (2022), isso insinuava que a “biologia – o corpo estável, não histórico e sexuado – [...] era compreendida como fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social” (SILVA, 2022, p.101 apud LAQUEUR, 2001, p. 18).

Com os avanços do século XIX no estudo da anatomia do desenvolvimento, agora autores como Geddes, não mais insistindo nas diferenças intrínsecas de ambos os sexos, enunciavam as origens comuns de ambos os sexos em um embrião morfologicamente andrógino — ou seja, explica Silva (2022, p.21), houve uma rearticulação dos “isomorfismos galênicos dos órgãos masculinos e femininos”, a fim de se encaixarem no entendimento da origem comum, na vida fetal, o pênis e o clitóris, os lábios e o escroto, os ovários e os testículos. Tais suposições, observa o autor, procuravam explicações para as interpretações sociais dos corpos, com especificidade nas diferenças ou igualdade anatômicas e sociais entre fêmeas e machos.

Ao constatarmos isso, fica novamente evidente a marca política e social dessas conclusões teóricas que, mesmo em diferentes conjunturas históricas, carregam em seu cerne demandas e programas culturais, dependências e limites oportunistas que são completamente contextuais e situacionais (assim como o sexo e o próprio ser humano). Isolar tanto o sexo como o corpo em seu meio discursivo e determinado socialmente, defende Laqueur (2001), é uma tentativa fadada ao erro — seria como um antropólogo moderno querendo filtrar o cultural afim de deixar um resíduo de humanidade essencial, diz —, ambos entram e saem de foco, como produtos de momentos específicos, históricos e culturais.

[...] quase tudo que queira *dizer* sobre sexo — de qualquer forma que o sexo seja compreendido — já contém em si uma reivindicação sobre gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder (SILVA, 2022, p. 101 apud LAQUEUR, 2001, p. 23).

Considerando, dessarte, que o sexo é situacional, explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder, as construções discursivas analisadas acima, como consequência de uma revolução epistemológica e sociopolítica, mostram explicitamente como os limites entre masculino e feminino são, basicamente, políticos. O atravessamento do corpo por discursos, concepções e histórias extremamente diversas, defende Laqueur (2001), nos impossibilita falar dele como o modelo exclusivo de validade sem que caiamos em uma prática normatizante que visa seu próprio controle — se consideramos determinado corpo como legítimo, mantemos necessariamente um padrão de normalidade e, igualmente, os

corpos considerados ilegítimos “devem ser controlados para que alcancem o status de sujeito, ao mesmo tempo em que são reiterados como objetos” (SILVA, 2022, p. 103 apud JUNIOR; BUORO, 2014, p.102).

Pondo em contexto algumas das tradições milenares da medicina ocidental, fica evidente como só “ontem” veio a ser conveniente a genitália passar a ser importante como marca da oposição sexual. Laqueur bem enfatiza que “a história trabalhou claramente para ‘racionalizar e legitimar’ as distinções, não só de sexo mas também de raça e classe, com desvantagens para os destituídos de poder” (SILVA, 2022, p. 102 apud LAQUEUR, 2001, p. 32).

Desconsiderar e não se atentar para a existência de estruturas que arquitetam, naturalizam e imobilizam categorias como a das mulheres, por exemplo, traria o risco de fracasso para a presente análise, que ficaria sem sentido. Falando de binaridade, historicidade e feminismo, Rossini (2018) defende que a interseccionalidade⁹, nos traz a tona a pertinência indispensável de colocar dentro das discussões sobre as questões de gênero, sexo e feminismo, as questões de etnia/racismo, cultura/imperialismo, região, religião e classe social/capitalismo, mostrando assim, como dito anteriormente, que todas essas questões se encontram e se fazem a partir de um grande emaranhamento.

1.4 “o gênero estabelece interseções”

Ao longo das seções anteriores, questionando as estruturas históricas e discursos diferenciadores que aprisionam e engessam os seres humanos em categorias homogeneizantes e dualistas, procurou-se chegar na mesma conclusão de Rossini (2018), que afirma a política inerente ao nosso corpo — a discussão sobre os corpos binários, diz, nos ajuda a pensar e (re)construir formas de luta e retificação de um corpo essencialmente pertencente ao jogo complexo de classe, gênero, etnia etc.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam, a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque **o gênero estabelece interseções** com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais

⁹ Conceito surgido a partir de círculos sociológicos no final dos anos 1960 e início dos 1970 em conjunto com o movimento feminista multirracial e usado pela primeira vez pela professora estadunidense Kimberlé Crenshaw (2004), no âmbito das leis de antidiscriminação.

em que invariavelmente ela é produzida e mantida (ROSSINI, 2018, p. 12-13 apud BUTLER, 2010, p. 21).

O entendimento trazido pela autora das interseções nos permite mais uma vez refletir que as estruturas e discursos referidos acima são construídos de tal maneira que mudam através do tempo, mais ou menos sustentados pela ordem dominante de gênero — eles podem ser recriados e criados, apagados ou revertidos, dependendo do contexto. Seus significados, afirma Silva (2022, p. 105), “seguem sendo ambíguos até que recebam uma definição pelo simbolismo de gênero na sociedade”. Logo, conclui o mesmo autor, “os corpos não são [...] tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades são uma decorrência direta das 'evidências' do corpo” (SILVA, 2022, p. 105 apud LOURO, 2018a, p.17).

Ao separar os gêneros em opostos, a binariedade interfere profundamente na subjetividade do sujeito. Ela ajusta e limita nossos corpos em características engessadas de viver-ser-existir, o que por sua vez, afirma Rossini (2018, p. 9), dá aos papéis sociais uma dimensão produtora de subjetividades escravizadas pelos próprios meios que as conduzem. Ainda, estas são definidas antes mesmo do nascimento de um ser humano, que tem seu corpo não só gerado, mas também produzido e projetado.

Tal perspectiva nos elucida que, quando falamos mesmo do momento anterior ao nascimento de um ser, é o papel corroborante da família, juntamente com a sociedade, o Estado e suas estruturas, que reforça certos tipos de comportamento, de acordo com o gênero predisposto e “dado” à criança no nascimento. Desejos, condutas, discursos e até mesmo sentimentos são associados ao masculino nos meninos e ao feminino nas meninas — com maior ou menor consciência disso, o sujeito tem a sua existência e ação no mundo intrinsecamente ligada à performance.

Por conseguinte, aponta Rossini (2018), representar um gênero é inerentemente querer dizer quem o sujeito é — e devemos sempre reconhecer e lembrar que não é apenas a identidade de gênero que define o ser, junto a ela há entroncamentos com as questões de classe sociais, raciais, sexuais, entre outras modalidades discursivamente montadas, organizadas e prévia e ultimamente complementadas. Por isso, ela se questiona:

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”? Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade

com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (ROSSINI, 2018, p. 10 apud BUTLER, 2010, p. 42).

Tal discussão, ainda sem resposta, nos serve para novamente demonstrar que as questões aqui trabalhadas tocam não só aqueles que sofrem com o gênero que lhe foi imposto, por exemplo, até mesmo aqueles que vivem bem com seus gêneros “dados” perdem a capacidade de desconstrução e criação que poderiam desenvolver caso sua autonomia enquanto sujeitos fosse respeitada, de forma que a criatividade fosse cultivada e, assim, a diferença aceita (no sentido de que, na nossa sociedade, *aceito* não coloca em risco o que a vida tem de mais essencial, que é a diversidade).

Até aqui, a investigação do trabalho revela a necessidade de um tratamento mais abrangente e sofisticado dos processos de personificação e incorporação¹⁰ das masculinidades e seus desdobramentos pelos seres humanos. Considerando isso, procurou-se tratar sumariamente das grandes questões que envolvem/envolveram a binariedade, a cisheteronormatividade e a masculinidade colonizadora-patriarcal, tentando demonstrar como elas interessam a todes, independente do seu gênero, sexo, classe ou origem.

Constatar injustiças, códigos/discursos, estruturas sistemáticas etc. que subordinam uns a custas de outros (mais especificamente, dos velhos homens cisgênero, brancos, heterossexuais e colonizadores burgueses), contudo, não se trata de colocar tais questões como algo intransponível, fruto de alguma fatalidade específica ou irreversível — o que pretende-se aqui é reafirmar a liberdade essencial a todos os seres humanos; tanto os que dominam, quanto os que são dominados, são alienados de sua verdadeira condição e ambos são vítimas ao mesmo tempo do outro e de si.

Enquanto não nos reconhecermos enquanto semelhantes plurais e nos respeitarmos enquanto pessoas entre quem, do ponto de vista social, político, econômico, não deve haver diferenças substanciais, estaremos condenados a não vermos o que temos de melhor: nossa liberdade.

¹⁰ Termo utilizado para traduzir a categoria "*embodiment*" usada pelos autores Robert W. Connell e James W. Messerschmitt (2013).

2 capítulo 2: colonialidade, o *queer*, sua teoria, vocabulário e entendimento indispensáveis

Aprofundando as questões e esforços levantados no capítulo anterior, a segunda parte desse trabalho está dividida em quatro seções e parte da ideia apresentada pela autora Helen Taner de Lima que, a partir de estudo feito pela socióloga María Lugones, enxerga a não-binariedade como uma saída para aquilo que ela chama de “colonialidade de poder-saber-ser e de gênero”.

Partindo disso, a primeira seção do capítulo (2.1) traz melhor a conceitualização de Lima (2020) de *colonialidade* e *colonialidade de poder* enquanto elementos do *sistema moderno-colonial de gênero*, demonstrando sua importância para meditarmos acerca das estruturas hierarquizantes e dualistas, consequências das imposições históricas e coloniais das quais abordou-se melhor no primeiro capítulo. Ao considerar as mutabilidades históricas dos aspectos que envolvem a existência humana e as relações racistas de poder, a conceitualização da autora de colonialidade as insere em um rico campo analítico que é propício ao presente trabalho.

Com os apontamentos trazidos na primeira seção, entendendo a noção de colonialidade enquanto um fenômeno que abarca todos os aspectos da existência humana, mostra-se como o debate aqui proposto é carregado de nuances merecedoras de estudos próprios que respeitem cada singularidade de cada ser humano — o que evidencia ainda mais como a discussão sobre a binariedade dualista pode ser entendida enquanto um processo contínuo, de tentativa e erro. Para pensarmos na resistência à colonialidade de poder-saber-ser, de sexo e gênero, portanto, percebe-se a importância primordial de serem estudadas as vivências, existências e resistências não-binárias e como elas se fazem e manifestam.

Na seção seguinte (2.2), vista disso, há o resgate da delimitação feita por Silva (2022) do surgimento da teoria *queer* — aquela que, reapropriando uma expressão que antes era uma ofensa, surge aliada aos ideais das teorias feministas, pós estruturalistas e psicanalíticas. O resgate do autor é feito para mostrar como a teoria e movimento *queer*, enquanto poderosas estratégias políticas de questionamento e problematização das operações de fixação das identidades estáveis, contribuem de maneira definitiva para a reestruturação dos processos de formação e diferenciação dos gêneros e das sexualidades.

Após discorrer-se acerca das possibilidades evocadas pela teoria e movimento *queer*, a seção seguinte (2.3) levanta a emergência de uma proposta que associa-se a uma prática

discursiva na qual vozes ocultadas reivindicam um espaço de representação na língua — o vocabulário *queer*. Parte-se, assim, do estudo de Magalhães, Cardoso e Porto (2021) acerca das nossas práticas sociodiscursivas, mais especificamente tratando da linguagem não-binária no português brasileiro sob a ótica dos estudos linguísticos.

Ao longo da sua exposição, permite-se mostrar como a nossa linguagem representa um lugar, em um lado, de difícil mudança na relação de poder entre sexos e, em outro, de privilegiada luta por igualdade. Combinada à outras estruturas socioculturais e políticas, Silva (2022) também nos demonstra como ela tem papel expressivo na formação dos sujeitos, controvvertendo as articulações históricas e sociais que produzem os corpos sexuados e que têm na heterossexualidade e a cisgeneridade binária as matrizes que conferem inteligibilidade aos gêneros.

Fechando o capítulo, na seção seguinte (2.4), o mesmo autor aponta novamente como a identidade de gênero, as sexualidades e as subjetividades só apresentam correspondência com o grupo *normal* quando é a heteronormatividade binária que orienta o olhar, propondo assim a radicalização da desnaturalização das identidades. Com o resgate de Neves (2009) e sua leitura da “corporeidade”, ressalta-se como as identidades dos sujeitos são produzidas no decorrer de sua vida em um processo de ininterrupta duração que pode ser sintetizado na reprodução, rejeição ou ressignificação dos padrões preestabelecidos pelo contexto em que vivem.

Essencialmente, o que procura-se entender é o quanto as identidades e expressões não binárias, preservando consigo um potencial infinitamente provocativo, atualizam e remodelam as ideias de coerência e falsa normalidade próprias do feminino e do masculino associados ao sexo biológico. Antes de apresentá-las melhor no próximo capítulo, há de serem estabelecidas as bases teóricas que permitem demonstrar a importância transcendental da sua visibilidade e estudo.

2.1 “a colonialidade de poder-saber-ser e de gênero”

A autora Helen Taner de Lima (2020), a partir de estudo feito pela socióloga, ativista e feminista argentina María Lugones, enxerga a não-binariedade como uma saída daquilo que ela chama de “**colonialidade de poder-saber-ser e de gênero**”. Vista como um fenômeno histórico e cultural que tem sua origem no colonialismo (que se mantém após a experiência colonial), a colonialidade, tratada mais especificamente pela autora enquanto *colonialidade de*

poder, se insere em um contexto mais amplo, chamado por Lugones de “sistema moderno-colonial de gênero” (LIMA, 2020, p. 173).

Ao compreender, de início, que as ideias dominantes só o são porque pertencem aos locais e forças de dominação e deslegitimam outras, não porque são óbvias ou racionais, o conceito de colonialidade de poder, extremamente importante para meditarmos acerca da construção de qualquer identidade que seja, é aqui emprestado para podermos melhor observar a forçosa inserção dos seres humanos em estruturas hierarquizantes e dualistas, consequências das imposições históricas e coloniais das quais abordou-se melhor no primeiro capítulo.

A partir dos postulados de Aníbal Quijano e Lugones, Lima (2020) explica que é por meio da conjunção da própria colonialidade de poder com a falsa noção de modernidade¹¹ que organiza-se o poder capitalista. Nesse sentido, a existência humana, na perspectiva analítica das autoras, estaria separada em quatro âmbitos básicos: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos — tentando controlar essas quatro áreas, o poder estaria estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre os atores sociais (LIMA, 2020, p.173 apud LUGONES, 2008, p.78).

Tais eixos (a colonialidade de poder e a modernidade), argumenta Lima (2020), ordenam a disputa sobre o controle dos âmbitos da existência — ou seja, as lutas pelo controle da sexualidade, seus recursos e “produtos” definem os âmbitos de sexo/gênero e estão organizadas pelos eixos da colonialidade e da modernidade (p.173 apud LUGONES, 2008, p.78).

Nesse contexto, um bom exemplo trazido por pela autora é da vivência intersexual¹², para demonstrar e desmontar a construção das noções binárias sexuais:

[...] os intersexuais eram reconhecidos em muitas sociedades anteriores a colonização, sem a necessidade de assimilá-los dentro de uma classificação binária do sexo. [...] Isso nos mostra que é importante pensar como a colonização mudou sistemas tribais, para poder analisar a abrangência da organização de sexo e gênero dentro do colonialismo e do sistema capitalista eurocentrado. [...] O processo de colonização constituiu o capitalismo eurocentrado e global, levando consigo diferenças de gênero onde, anterior a isso, não existiam (LIMA, 2020, p.176-177).

¹¹ Para Quijano, modernidade seria a fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, criando um universo específico de relações intersubjetivas de dominação sob uma hegemonia eurocêntrica (LIMA, 2020, p.174).

¹² Descrita por Lima (2020) como a diferenciação biológica, a intersexualidade pode ser entendida como uma ambiguidade sexual — é a condição de pessoas que nascem com as genitais fora da norma (binária) sexual (pênis-escrotos/ vagina-útero-seios), podendo ser diversas as formas com que se apresentam. Essa condição é utilizada por vários autores como forma de desmonte da noção sexual pautada no binarismo.

Tira-se de tal exemplificação, novamente, a impossibilidade de dissociação do gênero e do sexo, enquanto categorias vivas e históricas, das estruturas do capitalismo eurocentrado, patriarcal e global. Voltando a lógica das interseções apresentadas no capítulo anterior, com relação a colonialidade de poder, a autora então reflete:

A população do planeta é classificada em termos de raça a partir da colonialidade do poder. Raça sendo uma ficção criada para o controle capitalista eurocentrado e global. Porém, a colonialidade não se trata somente de questões de raça. Ao contrário, é um fenômeno que abarca todos os aspectos da existência humana. Assim, “todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad” afirma Lugones (2008, p. 79). Ainda, pontua que colonialidade e colonialismo, mesmo que estritamente conectados, não são a mesma coisa, já que colonialismo não necessariamente abrange relações racistas de poder (LIMA, 2020, p.174).

Mostrada a necessidade constante de nos referirmos aos variados impactos trazidos pelo processo de colonização, a leitura das autoras do colonialismo, frente a noção de colonialidade, nos permite enxergar como ele mesmo, ainda que considerando o todo, não é suficiente para explicar os aspectos e problemáticas que envolvem o gênero, sexo ou as masculinidades. Ao considerar as mutabilidades históricas dos aspectos que envolvem a existência humana e as relações racistas de poder, porém, a colonialidade as insere em um rico campo analítico que é propício ao presente trabalho.

Com os apontamentos de Lima, podemos evidenciar ainda mais como a discussão sobre a binariedade dualista pode ser entendida enquanto um processo contínuo, de tentativa e erro — mesmo onde esse é um assunto cada vez mais presente, na comunidade LGBTQIAP+¹³ não há consenso (e nunca haverá), muito menos uma massa homogênea. A noção de colonialidade, assim, nos reafirma a amplitude do debate aqui proposto, mostrando como ele é carregado de nuances merecedoras de estudos próprios que respeitem cada singularidade de cada ser humano. Ainda, que através de recortes cuidadosos, ele funciona quando questionador e conhecedor do papel das diferentes estruturas, superestruturas, discursos e interseccionalidades que sustentam os machismos e racismos (provenientes estes do sistema colonizador-capitalista e tão atrelados as ideias de gênero, sexo e masculinidade, como pudemos ver no primeiro capítulo do trabalho).

¹³ Sigla que identifica Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans e Travestis, Queers, Intersexo, Assexuades e Pansexuais; sendo o ‘+’ um termo guarda-chuva para aqueles que se identificam com alguma orientação sexual ou identidade de gênero que não está representada na sigla, mas ainda assim são consideradas parte da Comunidade LGBTQIAP+.

Vista disso, portanto, para pensarmos na resistência à colonialidade de poder-saber-ser, de sexo e gênero, percebe-se a importância primordial de serem estudadas as vivências, existências e resistências não-binárias e como elas se fazem e manifestam.

2.2 “queer” : reapropriação, movimento e teorização

Não há como falar da não-binariedade como uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero apresentada no seção anterior sem antes buscar de onde manifesta-se a sua própria teorização. Silva (2022) narra que, após a reapropriação da expressão “*queer*”, a teoria queer surge “de uma aliança [...] de teorias feministas, pós estruturalistas e psicanalíticas que fecundam e orientam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito” (SILVA, 2022, p.80 apud SALIH, 2015, p.19).

Procurando então delinear uma investigação e desconstrução de categorias relativas ao sujeito, em vias de afirmar a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e ‘generificadas’ que lhe são impostas, a teoria manifesta-se a partir do radicalismo na reapropriação da expressão “*queer*” que, pondera Silva (2022), reside, ao menos em parte, na resistência a definição “fácil”.

2.2.1 reapropriação e nascimento da teoria

Utilizado originalmente de forma pejorativa, o termo *queer* era uma forma de identificar pessoas que não se adequam às normas cisheterossexuais. Após aparecer no inglês do século XVI para designar o que era considerado ‘estranho’, ‘excêntrico’, ‘peculiar’, relata Silva (2022), foi só a partir do século XIX que a palavra começou a ser de fato usada como um xingamento para caracterizar homossexuais e outros sujeitos com comportamentos sexuais considerados “desviantes”,

Todavia, com o tempo, a palavra foi reapropriada pela própria Comunidade LGBTQIAP+ e reformulada, adquirindo um significado politicamente afirmativo no final da década de 1980 — o contexto definidor aqui, “para a teoria queer nos anos 1980 e 1990 foi o vírus da Aids e as reações de muitos defensores da ‘cultura hétero’ contra os gays, em resposta ao que era (e ainda é) geralmente visto como uma ‘praga gay’ (SILVA, 2022, p.81 apud SAFATLE, 2015, p. 20). Assim,

[...] o termo começa a ser apropriado por certos grupos LGBT no interior de um processo de ressignificação no qual o significado pejorativo da palavra é desativado através de sua afirmação por aqueles a quem ela seria endereçada e que procura excluir (SILVA, 2022, p.80 apud SAFATLE, 2015, p. 112).

Diante dessas reações (tanto as de dentro quanto as de fora da Comunidade), tornou-se ainda mais importante a investigação das formulações da aparente “normalidade” sexual para revelar aquilo de *queer* que estava por baixo dela; sobretudo daqueles identidades que se apresentam ostensivamente como héteros/cis, ou seja, que se acham legítimas, singulares e estáveis. Frente a tal investigação,

[...] algumas teóricas de gênero viram nessa operação uma oportunidade para descrever um outro momento das lutas por reconhecimento de minorias. Momento não mais centrado na defesa de alguma identidade particular aos homossexuais, mas na identificação de si com o que parece expulso do universo da reprodução “normal” da vida. De onde se seguiu a produção do sintagma “Teoria queer”, enunciado primeiramente pela feminista italiana Teresa de Laurentis (Idem).

O resgate de Silva (2022) nos mostra que a teoria *queer*, como uma poderosa estratégia política de questionamento e problematização das operações de fixação das identidades estáveis, pode contribuir de maneira definitiva para a reestruturação dos processos de formação e diferenciação dos gêneros e das sexualidades.

Da mesma forma, o autor defende que, hoje, se reconhecer *queer* significa (em sentido certamente positivo) desestabilização, desarranjo, “um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência (...), que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível” (SILVA, 2022, p. 82 apud LOURO, 2018b, p.8). Para ele, o *queer* “busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e convenções culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos ‘normais’ quanto dos ‘anormais’ (SILVA. 2022, p. 83 apud MISKOLCI, R; 2012, p.26).

Defende-se assim que:

Ser queer não significa lutar por um direito à intimidade, mas pela liberdade pública de ser quem você é, todos os dias, contra a opressão: a homofobia, o racismo, a misoginia, a intolerância dos hipócritas religiosos e de nosso próprio ódio (pois fomos ensinados cuidadosamente a nos odiar) (SILVA, 2022, p. 82 apud JIMÉNEZ, R. M. M.; 2002, p.21)

Próprio desse entendimento, o movimento *queer* reflete interesses, instituições e informações próprias e reapropriadas à pluralidade transgressora que precede e pauta a teoria

queer — abarcando, diz Silva (2022), uma gama de “possibilidades, lacunas, sobreposições, dissonâncias e ressonâncias, lapsos e excessos de significado que encontramos quando os elementos constitutivos do gênero ou da sexualidade de qualquer pessoa não são [...] significativos monoliticamente” (p. 82-83 apud JIMÉNEZ, R. M. M., 2022, p. 37).

No mais, quando discorremos acerca das possibilidades evocadas pela teoria e movimento *queer*, a criação de um vocabulário próprio, com suas variantes, levanta a emergência de uma proposta que associa-se a uma prática discursiva na qual vozes ocultadas reivindicam um espaço de representação na língua. Ainda que uma discussão em aberto e em desenvolvimento, a substancial profundidade e carga subversiva de significação evocada pelo vocabulário *queer* nos traz todo um universo de potencialidades que não cabem nas fixas e reduzidas categorias binárias. Tal assunto, portanto, será melhor desenvolvido na seção a seguir.

2.3 “o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro”

Em estudo que reflete acerca das nossas práticas sociodiscursivas, mais especificamente tratando da linguagem não-binária no português brasileiro sob a ótica dos estudos linguísticos, Magalhães, Cardoso e Porto (2021) afirmam que a língua, em quaisquer que sejam seus usos formais ou informais, “não é neutra e muito menos imparcial; pelo contrário, é um lugar favorecido de manifestações políticas, sociais, históricas e culturais” (p. 172). Assim, dizem, se mostra extremamente importante compreendermos também “o que significa uma identidade não existir na sua própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro” (Idem).

Nos últimos 10 anos, observam os autores citados acima, encontramos uma comoção cada vez mais forte entre diferentes integrantes de setores sociais sobre o fenômeno da linguagem não binária, empreendida frequentemente por meio de @, x e e nas categorizações de gênero gramatical de alguns nomes-núcleo e demais constituintes de sintagmas nominais do português brasileiro. Tal fenômeno, defendem, precisa ser discutido na esfera do debate público primeiro, tendo em vista que

como unidade representante da diversidade linguística inerente às línguas naturais, não se pode pretender uma apreciação coerente de suas características desconsiderando-se o fato de que sua estruturação se concretiza via recursos linguísticos que produzem significado social e que,

consequentemente, sinalizam a transformação das relações sociais (MAGALHÃES, CARDOSO; PÔRTO, 2021, p. 174)

O debate entre a língua, linguagem e sociedade, dito isso, já esteve configurado em termos dispositivos legislativos no Brasil. É o caso, por exemplo, da Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2021, que determina “o emprego obrigatório da flexão de gênero gramatical para nomear profissão ou grau em diplomas, devendo constata-los nos textos, correspondente ao sexo com que se identifica a pessoa diplomada, ao designar profissão ou grau obtido” (Ibdem, p. 174-175). Outro exemplo pertinente é do Projeto de Lei nº 10/2021, escrito pelo Deputado Estadual Tenente Nascimento, do Partido Social Liberal (PSL), que visava a vedação do uso de formas de flexão de gênero gramatical e de número das palavras no português brasileiro. Quanto a este, vale mencionar o parecer dado pelo professor e pesquisador Petilson Alan Pinheiro, que afirma a concepção equivocada da norma culta e do direito à sua apreensão pela pessoa humana contida no Projeto:

É importante ressaltar que uma das justificativas apresentadas para a proposição do PL encontra-se ancorada em um visão equivocada sobre a relação entre língua e realidade: se de fato os usos da língua criam realidades para seus falantes, como afirma o filósofo italiano Antonio Gramsci, ao mesmo tempo, a experiência das pessoas no mundo está sempre expandindo a língua de modo que ela possa dar conta dessas experiências, que são sócio-historicamente situadas e, portanto, estão sempre em movimento (MAGALHÃES, CARDOSO; PÔRTO, 2021, p. 174-175 apud PINHEIRO, 2021, p. 10-11).

Ademais, o fato desse debate se situar em um conflito de âmbito legislativo, comprova, por conseguinte, a extrapolação da discussão aqui proposta para além dos muros da academia científica. Os autores, falando da obstaculização que se dá ao debate que envolve o assunto de gênero social¹⁴ no Brasil, explicam como ele foi criado

[...] para dar conta das relações entre homens e mulheres, relações de poder, socialmente constituídas e hierárquicas [... Hoje] extrapola este binarismo (homem x mulher, masculino x feminino) e trata também das sexualidades que não se enquadram na forma que a sociedade e a cultura nomearam os sexos, como queer, gays, lésbicas, transgêneros (travestis, transexuais, andróginos, transformistas, etc.) (MAGALHÃES, CARDOSO; PÔRTO, 2021, p. 177 apud COLLING, 2015).

Assim, entendem como ele compreende um prisma

¹⁴ Os autores pautam-se no trabalho de Borba (2014) para tal definição, que traz os conceitos de performance e performatividade evocados pela filósofa Judith Butler.

“que dialoga com a manutenção das relações de poder [...] ao reunir um conjunto interligado de concepções que, juntas, instituem como inquestionável a ligação linear entre sexo biológico, gênero social, desejo sexual e subjetividade: para o gênero social feminino, vagina-mulher-fragilidade-emoção-passividade-submissão-maternidade-heterossexualidade; para o gênero social masculino, pênis-homem-coragem-razionalidade-agressividade-dominação-paternidade-heterossexualidade” (MAGALHÃES, CARDOSO; PÔRTO, 2021, p. 177).

Em um campo de embates cujo traço hegemônico é o privilégio do sexo masculino, é evidente como esse prisma, da diversidade de identidades de gênero social, definitivamente não é contemplado pela linguagem brasileira, onde há comumente uma abrangência maior do vocabulário *eles* (incluindo *eles* e *elas*), com restrição do mesmo vocabulário na categoria feminina (incluindo apenas *elas*). Quanto à linguagem não-binária, os mesmos autores se atentam para o fato da obstaculização

[...] de seu debate fluido e qualificado por setores ligados a movimentos religiosos conservadores, que, via de regra, e ao lado de outras discussões como homossexualidade e aborto, classificam-no como pernicioso ao debate público no Congresso Nacional (MAGALHÃES, CARDOSO; PÔRTO, 2021, p. 176).

Dubiamente, porém, tem-se que a nossa linguagem representa um lugar, em um lado, de difícil mudança na relação de poder entre sexos e, em outro, de privilegiada luta por igualdade. Combinada à outras estruturas socioculturais e políticas, ela tem papel expressivo na formação dos sujeitos, controvertendo as articulações históricas e sociais que produzem os corpos sexuados e que têm na heterossexualidade e a cisgeneridade binária, diz Silva (2022, p.84), “as matrizes que conferem inteligibilidade aos gêneros”. Também, ela evoca a inexistência de um corpo anterior e intocado pelo discurso — ao contrário, vimos até aqui que ele é fabricado segundo a confluência de estruturas precisas:

Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma “promessa”, um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se suponha a causa (SILVA, 2022, p. 65 apud BENTO, 2006, p. 87)

Ademais, o autor citado argumenta que a linguagem “deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação e não de representação da realidade”, ou melhor, como um modo “de atuação *sobre* o real, e portanto de constituição do real e não meramente de representação ou correspondência com a realidade” (SILVA, 2022, p. 86 apud SOUZA FILHO, D. M.,

1990, p.11). Segundo ele, ela deve ser compreendida enquanto “uma modalidade produtora do real, “construtora de significados” (SILVA, 2022, p. 86 apud BENTO, 2006, p. 45-46).

A concepção dos autores, assim, nos demonstra o quanto a linguagem pautada em um discurso binário (que se apresenta falsamente como anunciador da verdade absoluta sobre gênero), com ideal biológico-determinista, é também responsável pela fabricação de uma poderosa e controlada realidade aparentemente dualista, na qual se apresenta como um porta-voz. Nesse sentido, pondera Silva, a identidade e a diferença partilham uma importante característica:

[...] elas são resultados de ato de criação linguística. [...] [O que significa dizer] que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou do mundo transcendental, mas do modo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem (SILVA, 2022, p.86 apud SILVA, 2000, p.76)

Entendendo que os atos de linguagem resultam na identidade e diferença do ser humano, o autor também nos mostra como as ideias dominantes determinam e dominam a vida das pessoas e seu comportamento cotidiano sem que elas tenham qualquer consciência crítica acerca disso:

[...] as ideias que constroem de modo silencioso e absoluto nossos preconceitos, criam as referências de mulher e homem e traçam o fado de nossa identidade e existência, podem ser refeitas, pois não representam determinações divinas, genéticas ou naturais, mas constructos sociais passíveis de reconstrução. E o efeito perverso das ideologias binárias de gênero, fortalecido pela invisibilidade e forjada pré-reflexibilidade de sua atuação persuasiva, pode ser mitigado com a percepção e a conscientização de como as ideias são criadas e qual o seu papel na sociedade, além de criticá-las e eventualmente contribuir para a transformação (SILVA, 2022, p.87).

O autor, lembrando que toda a nossa ação no mundo é influenciada, quer saibamos disso ou não, por ideias, afirma que são elas “que nos fornecem o material que nos permite interpretar nossa própria vida e dar sentido a ela” (SILVA, 2022, p. 87 apud SOUZA, 2017, p. 21). Dessa forma, conseqüentemente, o autor advoga em desfavor “da cristalização de um discurso que reproduz rigidamente os estereótipos de gênero e eclipsa as possibilidades de se pensar e viver”, relacionadas a identidades de gênero que estejam em desacordo com o referencial biologizado e bifacetário que aqui critica-se. Ainda, segundo ele:

[...] o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. Nesse processo, certos códigos naturalizam-se, outros são ofuscados ou/e sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável (SILVA, 2022, p. 87 apud BENTO, 2006, p. 87-88).

Tal leitura nos permite reafirmar como as estruturas e processos sociais e discursos moldam toda a experiência corporal-social dos seres humanos, definindo os corpos segundo hierarquias onde uns são exaltados em detrimento de outros, que se tornam abjetos. Nesse sentido, destaca Silva, o gênero representa “a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história” (SILVA, 2022, p. 88 apud CONNELL, R., 2016, p.17).

2.4 “o corpo-sexuado encontra na experiência transgênera e não binária seus próprios limites discursivos”

A reflexão apresentada neste segundo capítulo, indo desde o entendimento do fenômeno da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero, até a fuga de suas amarras com a leitura apresentada pela teoria e movimento queer, chegando no estudo da nossa língua e linguagem binária, onde apresenta-se seu papel nos processos que definem as experiências e identidades humanas, torna indubitável o caráter induzido, não espontâneo, da homogeneidade nos nossos corpos e identidades.

Silva (2022) percebe que essa homogeneização “inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição e de recitação de códigos socialmente revestidos de naturais” e, por essa mesma razão:

O corpo-sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade por intermédio da heterossexualidade, representam uma materialidade saturada de significado, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas (SILVA, 2022, p. 88 apud BENTO, 2006, p. 88)

A discriminação de fatores não tão evidentes feita pelo autor, que seriam aqueles relacionados à própria formação das identidades particulares de cada um, em especial as não-binárias, insere-se em um longo e constante processo de construção e desconstrução da própria “corporeidade”. Podendo ser conceituado como “uma relação interpessoal entre um corpo para com outro corpo e de um mesmo corpo com o meio em que vive”, tal conceito,

apresentado por Neves (2009), dentre vários aspectos, se insere no contexto do corpo em movimento, retomado pela ideia de que através do movimento pode situar-se no mundo.

Aproximar-se do conceito de corporeidade, defende Neves (2009) é “em certo sentido, vivenciar possibilidades e conhecer-se como ser complexo e único no mundo”. Para ela, “um indivíduo é o único capaz de testemunhar sua própria experiência, mergulhado na complexa rede de inter-relações a partir da qual constroi sua vivência singular” (p. 8 apud FREITAS, 2004, p.51). Em geral, diz, os autores buscam conceituar e definir a corporeidade, ao invés de entendê-la como uma possibilidade do corpo, vivenciando-a.

Problemas e arranjos, como examinou-se acima, precedem o corpo e as corporeidades, ao mesmo tempo em que fluem sobre elas — a distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação, medicina etc. são apenas algumas das influências mais evidentes — o que não quer dizer, ressalva-se mais uma vez, que nossos corpos sejam meros objetos, são na realidade agentes e participantes ativos do processo social.

Adentrando as camadas desse processo, onde pré-conceitos alimentam preconceitos, é possível enxergarmos um movimento cíclico no qual a partir do desconhecimento, se faz o medo — que gera preconceitos, que geram medos, que geram desconhecimento, que geram preconceitos, que geram medos... Longe de ser um movimento uniforme e tão pouco unânime, todavia, tal tendência é de fato um fenômeno — como uma herança repassada por gerações, a ignorância maldosa (no sentido de que não é por falta de consciência) daqueles que se acham no topo da pirâmide social e econômica desperta e sustenta há séculos um verdadeiro impacto coletivo de submissão, apagamento e proibição segundo os mórbidos interesses particulares dos burgueses (entre eles os liberais, conservadores e reacionários) preconceituosos. Se para eles o limite ultrapassa a vida, para nós nada resta o perduroso esforço de viver resistindo e reagindo por nós e para nós.

Descrevendo tal movimento/panorama, Silva (2022, p.78) ressalta que as identidades dos sujeitos são produzidas no decorrer de sua vida em um “processo de ininterrupta duração que pode ser sintetizado na reprodução, rejeição ou ressignificação dos padrões preestabelecidos pelo contexto em que vive o indivíduo”. Tais paradigmas, como já vimos, não devem ser compreendidos como compulsórios, imutáveis ou insuperáveis; o que faz o autor bem argumentar que, caso contrário, uma parcela significativa da população correria o perigo de ser alocada à “margem da tutela social e até mesmo jurídica, prejudicando [...] o reconhecimento e a inserção [dessas pessoas] em diversas esferas da sociedade, como no mercado de trabalho” (p. 78). É assim, portanto, que ele alega:

“o corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que nos dá inteligibilidade aos gêneros encontra’ na experiência transgênera e não binária ‘seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero” (SILVA, 2022, p. 84-85 apud BENTO, 2006, p.21)

Nesse sentido, as identidades e expressões não binárias, preservando consigo um potencial infinitamente provocativo, atualizam e remodelam as ideias de coerência e falsa normalidade próprias do feminino e do masculino associados ao sexo biológico — desarticulando, dessa forma, as estratégias e técnicas de poder que reproduzem, produzem e naturalizam o binarismo e a cisgeneridade sob a fachada de uma aparente naturalidade, estabilidade, indubitabilidade e irrefutabilidade. Além disso, defende Silva (2022), tais expressões são as responsáveis por decifrar de uma vez por todas “a identidade de gênero, a sexualidade, a subjetividade e o corpo como modalidades relativamente independentes no processo de construção das identidades” (p. 85 apud BENTO, 2006, p. 25).

O corpo, diz o autor, “tem sido sempre gênero”:

[...], portanto não existe uma essência interior ou anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se libertam para compor arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos. [...] No momento em que se quebra a determinação natural das condutas, também se põe em xeque o olhar que analisa os deslocamentos enquanto sintomas de identidades pervertidas, transtornadas e psicóticas.

A radicalização da desnaturalização das identidades [...] apontará que a identidade de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o grupo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar [!!!] (SILVA, 2022, p. 85 apud BENTO, 2006, p. 21-22)

Sendo assim, o que essa radicalização nos indica é a importância transcendental da visibilidade constante e obstinada das existências não binárias — não para firmar novas normas imperativas ou impositivas que substituirão as anteriores, mas para fomentar novos espaços de resistência, esgotando e demolindo o quanto possível a hierarquia e exclusão geradas e reproduzidas pelas formas dualistas pretensamente naturalizadas como verdadeiras e originárias de gênero.

Nessas vidas que diariamente resistem, entende-se, há uma troca e produção constante de consciências, pensamentos e saberes múltiplos e diversos. Cada dia a mais nesse mundo para um corpo trans é uma vitória. Além disso, o enraizamento e propagação dos nossos pensamentos sempre questionadores representa a dura, gradual e histórica conquista dos nossos devidos espaços e sanidades, tão constantemente fragilizados pelos ataques diretos e indiretos das próprias políticas estatais (ou pela falta delas), suas estruturas e discursos, como viu-se até aqui. Indo contra a aceitação alienada dos padrões e modelos sociais e de gênero,

portanto, somos capazes de reagir e mudarmos, mesmo que aos poucos, a realidade à nossa volta, impedindo que o mal conservadorista penetre ainda mais em nós e nas nossas estruturas.

O poder masculinizador-colonial, como vimos, se faz dentro e fora do Estado de maneira sistêmica e sistemática. Por isso mesmo, toda reação seguirá sendo parte de um longo, pedregoso e muitas vezes contraditório caminho. Acredita-se, ainda assim, que se decidirmos, em coletivo, dia após dia a não mais aceitarmos e sim boicotarmos as categorias de inferiorização e classificação definidas pelos “grandes homens” e suas ideias dominantes, veremos um dia ressurgir uma nova e verdadeira consciência libertária — uma que, longe de nos salvar das nossas amarras, abrirá uma gama de novas possibilidades e caminhos onde não existam hierarquias, julgamentos e injustiças.

À vista disso, no capítulo seguinte, abordaremos as possibilidades de existência-resistência, modos de viver e habitar o mundo que não se submetem, fatalmente, aos imperativos forçosos do binarismo cisheteronormativo e à convergência das superestruturas e discursos patriarcais e sua ordem social dominante. Tais esforços, deve-se ressaltar, vão no sentido de, primariamente, colaborar com a visibilidade da comunidade trans e nossas vivências — e, por conseguinte, com a construção de uma imagem de *ser diferente* além da margem, que rompa de maneira *transgressiva* com esses padrões bifacetários e com os papéis de gênero que estudou-se acima.

3 capítulo 3: efeitos, afetos e fetos de resistência – (algumas das) identidades e expressões não-binárias

Após toda a reflexão, questionamentos e levantamentos teóricos das questões mais evidentes que envolvem as noções de gênero, binariedade e masculinidade nos capítulos anteriores, este terceiro e último tem como objetivo elucidar algumas das questões e definições que envolvem as múltiplas identidades não-binárias.

Na primeira seção (3.1), portanto, há o resgate da influência que o documentário “Bixa Travesty” (2019) e a multiartista Linn da Quebrada (peça central do longa) tiveram no percurso analítico do presente trabalho, mostrando e defendendo por meio de excertos de suas entrevistas e canções uma interessante forma de resistência. Linn, almejando pensar mais profundamente a existências de múltiplas *corpas* (termo cunhado pela artista) trans e não binárias, as entende além (e também parte) da opressão do patriarcado machista, racista, etc — reivindica-se assim um movimento de contínua ressignificação, consciência e apropriação de si considerando não só a superação das categorias binárias, mas também as perspectivas que habitam o âmbito mais interno de nós.

Ao fim da seção, após entendermos como para repensar nossas fronteiras é inevitável que nós tenhamos primeiro que reconhecê-las, ou seja, é construindo esses espaços que nós vamos nos libertar deles mesmos, há o resgate de Silva (2022), que por sua vez defende o protagonismo da narrativa daquelas que estão à frente da Comunidade LGBTQIAP+ e que vivem na pele as diferentes identificações das quais pretendemos tratar. Tal cuidado, ressalta-se, vai no sentido de procurar não encaixilhar nem generalizar as experiências e delimitar prejudicialmente a vivência humana.

E é com essa perspectiva que, na última seção deste trabalho (3.2), destacam-se algumas das *identidades legitimamente diversas*, termo cunhado por Silva (2022), servindo sua obra de material primordial, assim como o resgate de pesquisa própria feita a partir do portal <http://dicionariodegeneros.com.br>, o qual infelizmente não se encontra mais disponível para acesso.

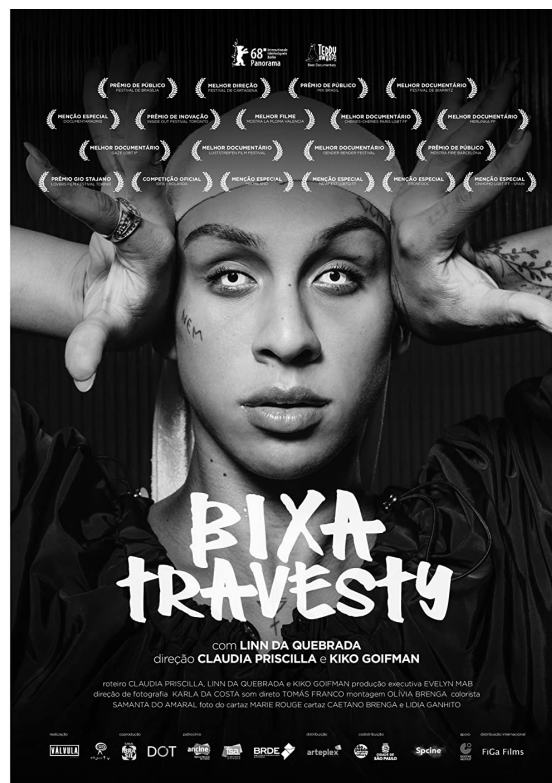
Após, destacada a exposição proposta pelo autor, o discurso extremamente consciente e revolucionário de Linn, que se define como uma verdadeira *terrorista de gênero*, nos serve para demonstrar novamente a importância do resgate amplo, mas cuidadoso, da pauta de gênero — defende-se, essencialmente, que lutar pela liberdade de cada sujeito em descobrir-se e desconstruir-se à sua maneira, no seu tempo, além das próprias amarras e particularidades, é sua principal prioridade.

A adoção de uma atitude inquisitiva e questionadora acerca da binariedade, da masculinidade colonizadora e da naturalização da dualidade entre os sexos por discursos distorcidos, acredita-se, é uma importante forma de resistência, uma vez que luta-se pela livre existência das diferenças enquanto um direito essencial de cada ser. Por isso mesmo, também, defendemos que a representatividade procurada aqui tanto importa: devemos criar, tal qual defende Linn (2020), novas referências que gerem efeitos, afetos e fetos.

3.1 “o que é que tem em mim que tanto incomoda você”

No dia primeiro de junho, em 2022, foi promovida pelo Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista de Marília uma exibição seguida de roda de discussão do documentário “Bixa Travesty”.

Figura 1 - Poster em p&b do longa “Bixa Travesty” (2018)



Fonte: IMDb ¹⁵

¹⁵ Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt7754496/>.

Lançado em 2018, o premiado longa com direção de Claudia Priscilla e Kiko Goifman em parceria com a multiartista Linn da Quebrada inspirou muitas das questões que viriam a pautar o presente trabalho. À época, o debate promovido pelo Programa visava colocar em pauta o gênero e a sexualidade e o filme perpassa essas questões ao acompanhar a trajetória de Linn, enquanto uma orgulhosa travesti periférica brasileira que é cantora, compositora, “*não ator, nem atriz, atroz*”, performer e ativista social, assim como a cena musical produzida por artistas transexuais em São Paulo, suas vivências, afetos e significados.

Enquanto uma das principais vozes da Comunidade LGBTQIAP+ na atualidade, a multiartista Lina Pereira dos Santos revela já de antemão, em seu nome artístico, o caráter criativo inerente à sua arte-vivência, incorporando múltiplos e engenhosos significados: refere-se, por exemplo, à sua origem e condição periféricas instituídas pela cruel realidade desigual na qual está inserida (“da Quebrada”), ao defeito culturalmente atribuído a sua estética e beleza trans e suas dores (“Linda quebrada”) ou à sua própria resistência questionadora (“Linda que brada”). Por meio da sua obra (que inclui discos com composições próprias, filmes e séries, entrevistas e discursos) e inserindo-se em espaços emblemáticos, Lina convida o público geral a se questionar junto com ela sobre questões evidentes e não tão evidentes na nossa sociedade e em nós mesmos.

Na ocasião divulgando seu documentário, em entrevista ao UOL TAB (2020), Linn nos convida a questionar: “e se minha estética não fosse tão estática?”. Se sabemos que nossos corpos não são errados, diz, então nós que *somos* os corpos errados. Tal concepção nos representa uma interessante forma de resistência ao passo que, almejando pensar mais profundamente a existências de múltiplas *corpas* (termo cunhado pela artista) trans e não binárias, as entende além (e também parte) da opressão do patriarcado machista, racista, etc. — ela reivindica um movimento de resignificação, consciência e apropriação de si considerando não só as categorias binárias e suas estruturas, mas também as perspectivas que habitam o âmbito mais interno de nós.

Vimos até aqui que os instrumentos, estruturas e discursos opressores da dualidade binarista são muitos e complexos. Cabeças podem continuar se virando, mas não há como negar e muito menos apagar as diferentes formas de resistência e existência do ser humano. Mas onde estamos? Quem somos? Onde está a diversidade? Logo no começo de seu documentário, Linn da Quebrada reflete isso na letra da canção “Submissa do 7º Dia”:

Estou procurando
Estou tentando entender
O que é que tem em mim

que tanto incomoda você

Se é a sobrancelha
O peito
A barba
O quadril sujeito
O joelho ralado, apoiado no azulejo
Que deixa na boca o gosto
O beijo

Saliva desejo
Seguem passos certos
Escritos em linhas tortas
Dentro de armário suados
No cio de seu desespero

Um olho no peixe
Outro no gato
Trancados arranham portas
(dores!) nos maxilares
Cânceres, tumores

Vyados que proliferam
Em locais frescos e arejados

De mendigos a doutores
Cercados por seus pudores
Caninos e mecanismos afiados
Fazem suas preces
Diante de mictórios: fê em pele de vício
Ajoelham
Rezam, genuflexório
Acordam pra cuspir plástico
e fogos de artifício

Sexo é sexo
Tem amor e tem orgia
Cadela criada na noite
Submissa do sétimo dia ¹⁶

Sondadas na composição, as existências femininas que transpassam as categorias binárias de corpo e gênero, em especial as travestis (conceito que será melhor trabalhado a frente), denunciam o desprezo (e o prazer escondido) e a violenta segregação das *corpas transgressoras* que ocupam, em razão disso, os não-lugares precarizados de tensão e rejeição, mas também, como dito acima, de desconstrução, ressignificação, resistência e reinvenção.

Agora, se intentamos enumerar e discriminar algumas dessas identidades e expressões não binárias, devemos antes reconhecer a aridez de tal de tal investida. Primeiro, o material disponível para a obtenção de tais informações é realmente escasso e espaçado, dado que as conceituações disponíveis representam apenas uma parcela de um movimento em constante e

¹⁶ LINN DA QUEBRADA. Submissa do 7º Dia. São Paulo, SP: Estúdio YB Music: Julho/2017. 3:35 min.

infinita (re)construção e, principalmente, porque elas podem, como bem ressalva Silva (2022, p. 89) “encaixilhar as experiências e delimitar prejudicialmente a vivência humana”.

Segundo, deve-se sempre lembrar do necessário protagonismo da narrativa daquelas que, ao mesmo tempo à margem para uns, estão no centro e na frente da luta de todas nós — aquelas que, juntas e uma a uma, se desconstroem, reinventam e libertam todo o resto do controle normativo que marginaliza, invisibiliza e maltrata. As verdadeiras *transgressoras*, que dão o primeiro passo além das demarcações de gênero. Por isso, cedo à palavra novamente à narração-composição de Linn, que as brilhantemente representa e coloca em foco:

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução

Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
Não tem Deus
Nem pátria amada
Nem marido
Nem patrão
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
Ela é tão singular
Só se contenta com plurais
Ela não quer pau
Ela quer paz

Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
Mulher

Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher
Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher

Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada
uma
E uma mulher é sempre uma mulher
Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada
uma
E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher
E outra mulher (e outra mulher)
E outra mulher (e outra mulher)
E outra mulher (e outra mulher)
E outra mulher (e outra mulher)

É sempre uma mulher?

É sempre uma mulher?
 É sempre uma mulher?
 É sempre uma mulher?

Ela tem cara de mulher
 Ela tem corpo de mulher
 Ela tem jeito
 Tem bunda
 Tem peito
 E o pau de mulher!

Afinal

Ela é feita pra sangrar
 Pra entrar é só cuspir
 E se pagar ela dá para qualquer um
 Mas só se pagar, hein! Que ela dá, viu, para qualquer um

Então eu, eu
 Bato palmas para as travestis que lutam para existir
 E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
 Bato palmas para as travestis que lutam para existir
 E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de
 Viver brilhar e arrasar
 Viver brilhar e arrasar
 Viver brilhar e arrasar
 Viver brilhar e arrasar

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
 Navalha na boca
 Calcinha de fio dental

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
 Navalha na boca
 Calcinha de fio dental

Ela é amapô de carne osso, silicone industrial
 Navalha, navalha, valha
 Navalha, navalha, valha
 Navalha, navalha, valha
 Navalha, navalha, valha
 Navalha na boca
 E calcinha de fio dental

Tô correndo de homem
 Eu tô correndo de homem
 Homem que consome, só come e some
 Homem que consome, só come, fodeu e some
 Eu tô correndo de homem
 Eu tô correndo de homem
 Homem que consome, só come e some
 Homem que consome, só come, fodeu e some
 Eu tô correndo de homem
 Eu tô correndo de homem
 Homem que consome, só come e some
 Homem que consome, só come, fodeu e some

Some...Some...Some...Some....Some¹⁷.

¹⁷ LINN DA QUEBRADA. Mulher. São Paulo, SP: Linn da Quebrada: 2017. 6:20 min.

Ao retratar e exaltar a potência e vida das infinitas identidades e expressões que não estão fincadas no dualismo social partido da oposição vagina/pênis, ou nas ideias de feminilidade e masculinidade, nem nos restritos e preestabelecidos papéis que massificam os corpos dos quais viemos tratando e questionando até aqui, a canção grifada acima, “Mulher”, representa a essência do pensamento de Linn: para repensar nossas fronteiras, é inevitável que nós tenhamos primeiro que reconhecê-las, ou seja, é construindo esses espaços que nós vamos nos libertar deles mesmos.

Nesse ponto, portanto, Silva (2022) bem lembra que qualquer intenção de definir, ainda que de maneira abrangente e extensiva, as identidades não-binárias, não deve regular ou etiquetar as configurações identitárias, mas descrevê-las. O reconhecimento de determinada nomenclatura, também, é subjetivo, uma vez que cabe apenas a quem sente definir-se — o mesmo autor entende assim que “a vivência e a expressão do gênero são corporificações singulares e não podem ser narradas por outros que não sejam as próprias pessoas que se lançam na vida em dissidências de gêneros, nomeadas trans” (p. 89-90 apud BARRETO, D. J., 2019, p. 31-32).

3.2 “estamos propondo novos projetos de mundo...”

Seguindo a compreensão expressa acima, assim, a obra de 2022 “*Identidades Legitimamente Diversas: Um estudo pela visibilidade inclusiva da transgeneridade e da não binariedade de gênero*”, de Arlei Wiclif da Silva, nos servirá de material primordial no delineamento expositivo aqui proposto. Em igual maneira, servirá-se de excertos de pesquisa própria realizada em 2017 a partir do portal <http://dicionariodegeneros.com.br>, que continha um espaço excepcionalmente didático e público para depoimentos da Comunidade LGBTQIAP+, contento suas mais variadas conceitualizações, assim como a etimologia de algumas definições (o site infelizmente não se encontra mais disponível para acesso).

Abaixo, finalmente, destacam-se possíveis conceitos que abarcam *algumas* das infinitas identidades não binárias — ressaltando, novamente, que tais nomenclaturas representam formas de expandir o universo linguístico do gênero, e não visam, de modo algum, traçar caminhos exclusivos por onde devem ou não percorrer as pessoas, as quais se definem, elas mesmas, de acordo com a sua identificação pessoal.

1. **Agênero:** que ou pessoa que não se identifica com nenhum gênero existente nem se comporta socialmente como tal, mantendo a identidade dentro do espectro não binário da identidade. *Etim.: gr. a(n), pref. negativo + gênero do lat. g{e}enus, {e}ris – “nascimento, descendência, origem”.*
2. **Andrógino**¹⁸: que ou pessoa que não se identifica apenas com os gêneros binários (homem ou mulher), mas que em sua identidade carrega características e comportamentos desses gêneros. *Etim.: andro(o) – “homem” + {-}gino – “mulher”.*
3. **Altergênero:** gênero definido por parecer estar em outra dimensão, em um plano diferente, em um universo espelhado, ou em uma existência alternativa, de tal maneira que as pessoas que com ele se identificam podem se descrever como homens ou mulheres, mas sempre desconectados de suas descrições tradicionais. Termo originalmente postado em 2016 por Casper Elliot em uma rede social.
4. **Apogênero:** denota quem se sente inteiramente removido do conceito de gênero e de seu espectro, no qual se inclui o agênero. Expressão cunhada também em uma rede social pelo usuário *queerspike* por volta de 2014.
5. **Aporagênero:** pessoas cujo gênero não é neutro, homem, mulher, alguma mistura entre eles, alguma variação destes, ou inexistente. Categoria criada pelo blog *aporagender* em 2014.
6. **Aquarigênero:** alguém cujo gênero modifica constante e lentamente.
7. **Bigênero:** que ou pessoa que se identifica com ambos os gêneros feminino e masculino, alternada e/ou simultaneamente. *Etim.: bi + gênero.*

¹⁸ Silva (2022) destaca que a androginia tem sido retomada desde os anos 1960 no âmbito do conjunto dos movimentos sociais difusos que se convencionou a chamar ‘contracultura’, caracterizado por uma forte crítica ao modo de vida difundido pela sociedade de consumo, ele focaliza-se “na ruptura com o modelo hegemônico fundado no patriarcalismo e no sexismo, gerando uma estética unissex, expressa no comprimento do cabelo, nos vestuários ou nos acessórios” (p. 90-91 apud SOUZA NETO, 2019, p. 49). Exemplos memoráveis, inclusive de caráter político, são David Bowie, que nos anos 1970 criou a personagem-alter ego Ziggy Stardust — a qual “dialogava diretamente com a suspensão de gênero em suas apresentações” —, ou Ney Matogrosso e os integrantes do grupo carioca Dzi Croquettes — os quais “constituíam performances que [também] remetemos [...] à suspensão das fronteiras do binarismo de gênero desde os anos 1970” (Idem, p. 50).

8. **Caelgênero**¹⁹: associado a uma estética espacial, inspirada nas estrelas nebulosas, alienígenas, buracos negros ou em características de elementos do espaço.
9. **Cancegênero**: sujeito que considera a *ageneridade* como sua identidade base, mas seu gênero é fluido entre diversos outros, e a mudança ocorre, normalmente, em função de suas emoções. O termo data provavelmente de 2014 e também foi criado por um usuário de rede social.
10. **Casgênero**: pessoa que se apresenta indiferente em relação à ideia de gênero, ou sente que seu gênero não é importante.
11. **Ciclogênero**: gênero que muda de acordo com o ciclo menstrual.
12. **Corgênero**: pessoas que só conseguem explicar seu gênero relacionando-o a uma cor, ou sentimentos, objetos e outros elementos relacionados a ela, ainda que metaforicamente.
13. **Critagênero**: refere-se ao gênero aleatoriamente mutável, exprimindo sensação de fraturado ou quebrado.
14. **Demigênero**: nomeia parcial identificação com determinado gênero.
15. **Duragênero**: alguém que, tendo múltiplos gêneros, detém um que se manifesta mais estável.
16. **Egogênero**: quem possui gênero que considera único a si.
17. **Genderqueer**: categoria abrangente para identidades de gênero que não se alinham exclusivamente a uma categoria de gênero — identidades masculinas ou femininas, estando fora do binômio e da cisnormatividade de gênero.
18. **Gênero Fluido**: pessoa que flui entre os gêneros masculino, neutro e feminino, conforme se sinta e cada dia e em cada momento, inclusive, algumas vezes no mesmo dia.
19. **Giaragênero**: identidade de quem possui vários gêneros, mas não entende, ou não consegue identificar, nenhum deles, ou a maioria deles.
20. **Hemigênero**: identidade que denota parcialidade de gênero, com exposição de metade de um gênero.

¹⁹ Em agosto de 2019, relata Silva (2022), uma matéria publicada pelo portal UOL divulgou o trabalho de Gui Mauad, "drag queen com estética que parece de outro mundo". Sua montagem é assim descrita pela reportagem: "as lentes pretas deixam as pupilas [...] muito maiores do que as de outros seres humanos. A pele, maquiada, é branquíssima e, algumas vezes, tem calombos, tubos e próteses, que lhe conferem traços animalísticos". Gui, diz o autor, se apresenta como "representante e promotor da beleza *alien*, estética em que os adeptos procuram referências no que imaginamos ser a aparência de seres de outros planetas". Segundo o performer, "a androginia da beleza alienígena é uma forma de escape para a pressão que é tentar se enquadrar no que a humanidade acha bonito" p. 93 apud EIRAS, 2019, Universo Uol).

21. **Homem Cisgênero:** pessoa em constante reconstrução social, que tem o sexo de nascimento conectado ao gênero masculino, enxergando biológica e socialmente como homem; homem cis.
22. **Homem Transgênero:** Pessoa que não se sente de acordo com o gênero relacionado a seu sexo biológico e, por isso, transitou para o gênero masculino [não necessariamente, fazem uso de hormônios ou procedimentos cirúrgicos]; homem trans.
23. **Ilosgênero:** pessoas que, conquanto saibam qual seu gênero, sentem que ele é falso, seja por razões pessoais, familiares, sociais, etc.
24. **Kinetigênero:** alguém com gênero permanentemente mutável.
25. **Locugênero:** gênero facilmente influenciado pelas situações e pessoas que o cercam.
26. **Magigênero:** indivíduo com maior parte de um gênero — é um subtipo do demigênero.
27. **Mulher Cisgênero:** Pessoa em constante reconstrução social, que tem o sexo de nascimento conectado ao gênero feminino, enxergando biológica e socialmente como mulher; mulher cis.
28. **Mulher Transgênero:** Pessoa que não se sente de acordo com o gênero relacionado a seu sexo biológico e, por isso, transitou para o gênero feminino [não necessariamente, fazem uso de hormônios ou procedimentos cirúrgicos]; mulher trans.
29. **Nanogênero:** denota pequena porção (que pode ser temporal) de gênero presente em uma pessoa.
30. **Obligênero:** sujeito não binário que se identifica em parte com seu gênero designado em razão de abuso ou coerção, além de incerteza sobre o próprio gênero.
31. **Ogligênero:** pessoa com mais de um gênero, mas não muitos, sendo um subtipo do poligênero, não identificado com exatidão o número.
32. **Pangênero:** Que ou quem possui uma identidade de gênero não normativa e adota papéis sociais de diversos gêneros na sua própria construção, podendo identificar-se tanto com o feminino quanto com o masculino, alternadamente ou simultaneamente, e até com nenhum dos dois, assim como todas as possibilidades de identificação pessoal — refere a uma enorme e diversa

multiplicidade de gêneros que pode se estender ao infinito, porém sempre dentro da cultura e experiência de vida da pessoa.

33. **Paragênero:** gênero parecido com outro, porém, que não é exatamente ele.
34. **Pendogênero:** alguém que não se satisfaz com seu gênero, levantando-o constantemente a buscar algum mais adequado.
35. **Poligênero:** indivíduo com vários gêneros, podendo se expressar um, alguns ou muitos de cada vez.
36. **Pomogênero:** quem não quer ou não consegue definir ou descrever seu gênero.
37. **Quivergênero:** aquele cujo gênero possui pequenas flutuações, insuficientes, no entanto, para escolher uma nomenclatura diferente daquela a que pertence.
38. **Quoigênero:** acredita que o conceito de gênero, ou que palavras existentes para descrever gênero, não são acessíveis, aplicáveis ou dotado de sentido para si, porquanto considera a experiência de gênero confusa.
39. **Scorigênero:** alguém que possui três gêneros que mudam entre si, mas que considera tais gêneros similares.
40. **Transgênero:** que ou pessoa que possui identidade de gênero diferente da designada ao nascimento e realiza ou não uma transição (que pode envolver a terapia de reposição hormonal e/ou também a cirurgia de redesignação sexual) para se redesignar socialmente quanto ao modo como se vê e sente . *Etim.: trans- + gênero, por infl. do ing. transgender “id”.*
41. **Transgênero não binário:** quem não é exclusivamente homem ou mulher; quem se recusa a ter que necessária e/ou unicamente entrar na binariedade de gênero ou deixar que ela o restrinja (alguns podem identificar-se como *genderqueer*).
42. **Travesti:** identidade de gênero, feminina ou não binária, exclusivamente latino-americana. As travestis rejeitam a masculinidade que lhes foi designada no nascimento, podendo elas ser tanto intersexo quanto endossexo. Ao se auto identificarem como travestis, comumente transicionam, buscando adaptar sua expressão de gênero para uma que as conforte e reflita a sua identidade. Algumas travestis se expressam de forma não binária mas, ainda assim, por serem travestis, seu tratamento é necessariamente no feminino. A transição de gênero pode se dar através da adaptação das suas vestimentas, gestos, fala e outras formas de expressão, assim como podem ser realizadas uma ou mais cirurgias de reafirmação de gênero. A travestilidade não tem como exigência

uma expressão interpretada como feminina: a identidade da travesti é determinada a partir do momento em que ela se identifica. Por este motivo, destacada a diferença entre identidade e expressão de gênero, nenhum procedimento de transição (ou a sua falta) define a travestilidade. Cabe também ressaltar que a travestilidade não faz parte da modalidade de gênero transgênero (que inclui a mulheridade trans) — ela parte de um paradigma que desconsidera a binariedade colonial de gênero, sendo, assim, um gênero próprio. Também diverge da cisgeneridade e da transgeneridade binária por não se enquadrar na dicotomia colonial homem/mulher; e se diferencia da transgeneridade não binária pela sua história característica de resistência contra diversos tipos de opressão de gênero e de sexualidade. A travestilidade é, na realidade, uma identidade histórica de luta política. *Etim.: travesti “disfarçado”*.

- 43. Turbogênero:** pessoa que, a despeito de tentar entender seu gênero, considera-o muito confuso e embaraçado.
- 44. Xungênero:** indica a impossibilidade de definir o próprio gênero e encontrar termos para ele.

Dessa grande variedade de termos e pluralidades, que certamente não esgota as inúmeras possibilidades de existência e resistência do ser humano, podemos tirar também diversos ensinamentos e percepções que vão além do seu necessário reconhecimento e visibilidade. Uma delas, inicialmente, é que, com elas estando fora dos dicionários convencionais ou dos livros que educam nossas crianças (o que já é um problema a ser considerado), há uma clara invisibilização, discriminação, exclusão e apagamento das pessoas que porventura possam se identificar (ou entender alguém próximo) com uma ou mais dessas definições, o que também traz drásticas consequências as quais elas muitas vezes carregam para os restos de suas vidas.

Isto posto, entende-se aqui que trazer a pauta de gênero significa, essencialmente, lutar pela liberdade de cada um em descobrir-se e desconstruir-se à sua maneira, no seu tempo, além das próprias amarras e particularidades. Ao longo das seções anteriores pudemos ver que a identidade de gênero de alguém é expressa (e moldada) não apenas no seu âmbito mais interno e profundo, mas também no todo, na sociedade e suas estruturas — de maneira definitivamente interligada, permeando as múltiplas esferas que constroem cada ser humano, seja ele próprio, seja as pessoas a sua volta.

Ainda, mesmo que desconheçamos a maioria dessas expressões e termos, que podem mudar e aumentar a qualquer momento, algo importante a ser notado é como, em sua abundante, potente e complexa multiplicidade, as identidades de gênero de fato existem, resistem e não vão acabar enquanto última de nós continuar respirando. Nosso trabalho, portanto, será sempre manifestá-las e problematizá-las dentro do contexto em que se inserem, tendo em mente, como destaca Silva (2022) em destaque de Nietzsche, que:

Tudo tem seu tempo. — Quando o homem deu a todas as coisas um gênero, não acreditou estar brincando, mas haver obtido uma profunda compreensão: — apenas muito tarde, e talvez ainda não completamente, ele deu-se conta da enormidade desse erro. — De igual modo, o homem conferiu a tudo que existe uma relação com a moral e revestiu o mundo de um significado ético. Um dia, isso terá tanto valor quanto hoje tem a crença na masculinidade ou feminilidade do Sol (NIETZSCHE, s/d, s/p apud SILVA, 2022, p. 7).

Aquela que é considerada a Mãe das Drags, RuPaul, tem uma célebre frase que expressa bem tais pontuações: “Todos nascemos nus e o resto é drag”. Aquelas pessoas que, cedo ou tarde, isso percebem, sabem que frequentemente se sentirão deslocadas, marginalizadas, aniquiladas, abandonadas — por isso, defende-se que se em casa lar houver alguém que procure e repasse a informação compreensiva, de maneira consciente e questionadora, pouco a pouco se quebrarão os padrões dualistas impostos pela sociedade, suas estruturas e discursos. Se há vida, há esperança — enquanto parte do nosso campo de pesquisa, tal percepção compreende que

[...] não há um mundo/corpo pronto, acabado em si mesmo a ser decifrado por nós, narradores-pesquisadores das informações desse espaço que nos relacionamos: se ele existe, é construído, percebido, interpretado e (des)dobrado na relações e possibilidades que criamos com ele, o que se dá pelas redes e tramas das relações de poder. [...] Essa rede nunca está finalizada, mas em produção e sempre será (re)direcionad[a], ao longo dos processos históricos, sociais e culturais (SILVA, 2022, p. 97 apud PEDRINI, RODRIGUES, ROCON, 2015, p. 25)

Acredita-se, assim, que a adoção de uma atitude inquisitiva e questionadora acerca da binariedade, da masculinidade colonizadora e da naturalização da dualidade entre os sexos por discursos distorcidos é uma importante forma de resistência, uma vez que luta-se pela livre existência das diferenças enquanto um direito essencial de cada ser. Por isso mesmo, também, que a representatividade tanto importa: devemos criar, tal qual defende Linn (2020), novas referências que gerem efeitos, afetos e fetos.

A arte e a escrita, nesse sentido, não só reproduzem o mundo tal qual ele é, elas também o elaboram e produzem tal qual ele é — é um movimento cíclico que, ao mesmo tempo avançando, retrocede, por questões culturais e políticas em constante mudança. E nesse ciclo, que é *cistêmico* (ou seja, continua segundo os interesses dos “grandes homens”, cisgênero), os vistos como homens são feitos e criados para serem amados, enquanto o feminino é feito e criado para amar os homens — sejam elas suas esposas ou suas mães. Mas e os “outros”, que ficam à margem desse *cistema*? Como Linn (2019), defendemos que somente desviando nossos afetos é que iremos além daquilo que tentam nos convencer — aquilo que convém ser.

A análise da confluência das estruturas e discursos mais evidentes que envolvem as ideias de binariedade e masculinidade, feita ao longo deste trabalho, serve para nos mostrar como temos, enquanto sociedade e coletivo, uma necessidade da repetição, parece que só nos reconhecemos no vício. As *corpas* que fogem (ou intentam fugir) disso, como vimos aqui, disputam constantemente territórios e reivindicam incansavelmente o imaginário social.

Tal processo, analisa Linn (2019) é como um “*complexo duplo A*”: vai da *admiração* (“conta pra mim, como é que você tem coragem de ser...? Como é ser/estar dentre a categoria de seres mais repugnantes e agora estar tendo algum tipo de respaldo ou admiração?”²⁰) para *aberração*: queremos destruir a ideia de corpo marginalizado como um espetáculo. Aqui, a conclusão e reflexão que fica é emprestada dela mesma:

“Criação e destruição caminham juntas.. Big Bang e o mundo... E talvez seja justamente o nosso apego a nós mesmas que faz com que o mundo seja do jeito que o mundo é há tanto tempo. Talvez eu seja mais essa fera apocalíptica...

Espero que o mundo acabe mesmo — tô torcendo pra que a gente caminhe para o fim do mundo. Na verdade, talvez o mundo já tenha acabado. O mundo tal qual organizamos as nossas ideais está falido, está em ruínas — os pilares desse sistema estão cheio de rachaduras. Já acabou. E estamos propondo novos projetos de mundo...

Eu determino que termine em mim, mas que não acabe comigo. Eu determino que termine em nós... E desate. E que amanhã seja diferente com elas, que tenham outros problemas e

²⁰ Excerto de entrevista. DIAS, Tiago; KAY, Mariah — UOL TAB. Os feitiços e os desejos de Linn da Quebrada. Youtube, 20 de dezembro de 2019.

*encontrem novas soluções. E que eu possa viver nelas, através delas, nas suas memórias. Eu rogo sobre nós essa praga!*²¹.

Lina Pereira dos Santos (Linn da Quebrada).

Figura 2 - Símbolo do movimento LGBTQIAP+²²



Fonte: Agência de Notícias da Aids²³.

²¹ Grifo próprio, excerto de entrevista. DIAS, Tiago; KAY, Mariah — UOL TAB. Os feitiços e os desejos de Linn da Quebrada. Youtube, 20 de dezembro 2019.

²² Grande símbolo do movimento LGBTQIAP+ desde 1978, originalmente, o emblema tinha oito cores: rosa para sexualidade; vermelho para vida; laranja para cura; amarelo para luz do sol; verde para natureza; turquesa para magia e arte; azul para harmonia e serenidade; e violeta para representar o espírito humano. Em 2018, relata a Agência de Notícias de Aids (2022), o designer estadunidense Daniel Quasar criou uma alternativa que já incluía os símbolos trans (cores branca, azul claro e rosa claro) e do movimento pela igualdade racial (cores marrom e preta). Três anos depois, em 2021, a designer ítalo-britânica Valentino Vecchietti atualizou a versão de Quasar com a figura do orgulho intersexo (fundo amarelo com o círculo roxo). A bandeira, assim, continua em constante evolução e ganha diferentes cores com o respeito às diferentes identidades e identificações da Comunidade.

²³ Disponível em:

<https://agenciaaids.com.br/noticia/ig-queer-bandeira-lgbt-e-renovada-e-inclui-trans-intersexo-e-luta-antirracista/>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dividido em três capítulos, o presente trabalho procurou estabelecer um entendimento da não binariedade como uma saída possível para a colonialidade, seja de poder, saber, ser ou de gênero, conceito apresentado por Lima (2020). Para tal, buscou-se observar a binariedade (e a consequente cisheteronormatividade a ela associada), suas estruturas e discursos a fim de compreender, inicialmente, a maneira pela qual ela, enquanto sistema mundialmente engendrado e imposto, interfere na produção e autorrealização do sujeito e do coletivo (enquanto elementos duplamente reflexivos).

No nosso primeiro capítulo, portanto, investigando as categorias de sexo, gênero, binariedade e masculinidades, com o resgate inicial da leitura de Beauvoir (1980) e os autores Connell e Messerschmitt (2013), revelou-se como nós não podemos deduzir somente a opressão da mulher na propriedade privada, deve-se considerar a totalidade (o conjunto, a conjuntura, as estruturas, onde seus papéis se fazem e são reproduzidos). Com o desenvolvimento dos autores, repensamos o conceito de masculinidade hegemônica, percebendo o “papel sexual do homem” e a problemática por trás disso, que aparece melhor na seção seguinte.

Nela, com o resgate de Jesus (2011), enxergamos como a interseção da masculinidade dominante do colonizador europeu com as ideias de superioridade racial e as assimetrias de classe social levaram a idealização de novos sistemas de identificação e hierarquização social que persistem até os dias de hoje.

Em seguida, o estudo de Laqueur da variação histórica dos sistemas de identificação, hierarquização social e, conseqüentemente, das ideias de sexo e gênero no pensamento médico, filosófico e político, segundo Silva (2022) e Costa (2001), nos revelou como noções como as de “*diferença biológica de sexo*” e “*diferença cultural de gêneros*” não são dados crus, mas se impõe, de forma compulsória, à consciência de leigos ou pesquisadores — tanto o “*sexo biológico*” quanto o “*gênero cultural*” são idéias informadas por crenças científicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. sobre a ‘natureza do seres humanos’.

Uma das principais conclusões que se tirou-se disso é que o sexo é situacional, explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder. As construções discursivas analisadas durante o trabalho, como consequência de uma revolução epistemológica e sociopolítica, mostram explicitamente como os limites entre masculino e feminino são, basicamente, políticos.

Nesse sentido, a binariedade, ao interferir profundamente na subjetividade do sujeito, ajusta e limita os corpos em características engessadas de viver-ser-existir, o que por sua vez dá aos papéis sociais uma dimensão produtora de subjetividades escravizadas pelos próprios meios que as conduzem.

Na segunda parte do trabalho, aprofundando essas questões, com a conceitualização inicial de Lima (2020) de *colonialidade e colonialidade de poder* enquanto elementos do *sistema moderno-colonial de gênero*, demonstrou-se sua importância para meditarmos acerca das estruturas hierarquizantes e dualistas — ao considerar as mutabilidades históricas dos aspectos que envolvem a existência humana e as relações racistas de poder, a conceitualização da autora de colonialidade as insere em um rico campo analítico (que pode ser ainda melhor desenvolvido quando considerando questões ou recortes mais particulares ou específicos).

Também, com a delimitação feita por Silva (2022) do surgimento e desenvolvimento da teoria e movimento *queer*, mostra-se como eles, enquanto poderosas estratégias políticas de questionamento e problematização das operações de fixação das identidades estáveis, contribuem de maneira definitiva para a reestruturação dos processos de formação e diferenciação dos gêneros e das sexualidades. Seus autores, ramificações teóricas e pontuais impactos dentro e fora da Academia são pontos que mereceriam desenvolvimento mais atento em futuras pesquisas.

Na discussão sobre a nossa linguagem, em seguida, mostrou-se como ela representa um lugar, em um lado, de difícil mudança na relação de poder entre sexos e, em outro, de privilegiada luta por igualdade. Combinada à outras estruturas socioculturais e políticas, demonstrou-se como ela tem papel expressivo na formação dos sujeitos, controvertendo as articulações históricas e sociais que produzem os corpos sexuados e que têm na heterossexualidade e a cisgeneridade binária as matrizes que conferem inteligibilidade aos gêneros.

A identidade de gênero, as sexualidades e as subjetividades, assim vimos, só apresentam correspondência com o grupo *normal* quando é a heteronormatividade binária que orienta o olhar. Apurou-se, igualmente, como as identidades dos sujeitos são produzidas no decorrer de sua vida em um processo de ininterrupta duração que pode ser sintetizado na reprodução, rejeição ou ressignificação dos padrões preestabelecidos pelo contexto em que vivem.

Por fim, no nosso último capítulo, a partir dos referenciais de Silva (2022) e Linn da Quebrada, a voz e luz dadas à algumas das questões e definições que envolvem as múltiplas identidades não-binárias, as quais preservam consigo um potencial infinitamente provocativo,

convidou-nos a repensar, com o protagonismo das suas narrativas, e remodelar as ideias de coerência e falsa normalidade próprias do feminino e do masculino associados ao sexo biológico e a destruir a ideia de corpo marginalizado como um espetáculo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. **IG Queer**: Bandeira LGBT é renovada e inclui trans, intersexo e luta antirracista. dez. 2022. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/ig-queer-bandeira-lgbt-e-renovada-e-inclui-trans-intersexo-e-luta-antirracista/>. Acesso em: 28 jan. 2023.
- ANTIGAS Fábulas da China. República Popular da China: Livros Fênix, 1987.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**; v.1 — Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. Rev. Estudos Fem. 21 (1), 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC#>. Acesso em: 1 jan. 2023.
- COSTA, Jurandir Freire. **O sexo seundo Laqueur**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 mar. de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200105.htm>. Acesso em: 27 out. 2022.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Interseccionalidade**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/interseccionalidade/>. Acesso em: 28 out. 2022.
- JASPERS, Karl. **Filosofia da Existência**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1973.
- JESUS, Diego Vieira de. **Aqui jaz o amor**: o nascimento do homem, a produção das masculinidades e as relações internacionais. Revista Latino Americana de Geografia, v.3 , n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1834>. Acesso em: 28 out 2022.
- JESUS, Diego Vieira de. **Bravos novos mundos**: uma leitura pós-colonialista sobre masculinidades ocidentais. Rev. Estudos Feministas, jan-abril/2011, p. 125-139. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FbvmFs7DQBytdxKDTVdhyks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 nov 2022.
- JESUS, Diego Vieira de. **Mundo macho**: homens, masculinidades e relações internacionais. Revista Brasileira De Estudos Políticos, nº109, 2014, p. 309-364. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj53vrm1Of6AhU2GbkGHAN6AAsQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fpos.direito.ufmg.br%2Frbep%2Findex.php%2Frbep%2Farticle%2Fview%2FP.0034-7191.2014v109p309%2F282&usq=AOvVaw3s04gjCaiq6ArF9CCAwi6M>. Acesso em: 27 nov 2022.
- LIMA, Helen Taner de. **Não binariedade**: uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. REVISTA SEARA FILOSÓFICA, Número 21, Inverno/2020, pp. 170-184. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/20053>. Acesso em: 27 out 2022.

MAGALHÃES, É. H. S.; CARDOSO, F. O. F.; PÔRTO, B. C. F. **Reflexões formais e sociodiscursivas: a linguagem não-binária no português brasileiro sob a ótica dos estudos linguísticos.** Mosaico. São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, p. 171-199, 2021. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/viewFile/862/706>. Acesso em: 28 jan. 2023.

NEVES, Livia Almada. **Corporeidade: uma filosofia de atuação na educação física.** TCC - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/faefid/files/2010/08/TCC-L%C3%ADvia-Neves-CORPOREIDADE-UM-A-FILOSOFIA-DE-ATUA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-F%C3%8DSICA.pdf>. Acesso em 27 nov. 2022.

OS FEITIÇOS e os desejos de Linn da Quebrada. **Canal UOL TAB**, 20 dez. 2019. 1 vídeo 11:34. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ExIrwC_HVtw. Acesso em: 28 jan. 2023

QUEBRADA, Linn da. **Submissa do 7º Dia.** São Paulo, SP: Estúdio YB Music: Julho/2017. 3:35 min.

QUEBRADA, Linn da. **Mulher.** São Paulo, SP: Linn da Quebrada: 2017. 6:20 min.

ROSSINI, Taíza. **Binaridade, historicidade e feminismo.** TCC - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/9905/Taiza%20Rossini%20-%20TCC.pdf;jsessionid=535BCA0178F222DF2144297144E009E3?sequence=2>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Ariel W. L. S. **Identidades Legitimamente Diversas: um estudo pela visibilidade inclusiva da transgeneridade e da não binariedade de gênero.** Curitiba/RS: Appris Ltda; 2022.

TESAURO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/21907/283/#:~:text=Pang%C3%AAnero%20%C3%A9%20uma%20identidade%20de,experi%C3%AAncia%20de%20vida%20da%20pessoa>. Acesso em: 27 out. 2022.